

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP)
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS (ICSA)
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL (DESSO)

CAPITALISMO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE: REFLEXÕES SOBRE O PROJETO
ESCOLA SEM HOMOFOBIA.

ALLEXIA K. COTA NASCIMENTO

MARIANA, MINAS GERAIS.
2019

Allexia K. Cota Nascimento

CAPITALISMO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE: REFLEXÕES SOBRE O PROJETO
ESCOLA SEM HOMOFOBIA.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Serviço Social (DESSO) da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito para a graduação em bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Claudio H. Miranda Horst.

MARIANA

2019

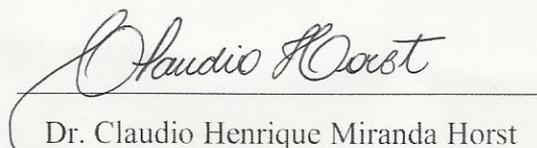
“CAPITALISMO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE: REFLEXÕES SOBRE O
PROJETO ESCOLA SEM HOMOFOBIA”.

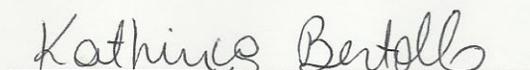
ALLEXIA KAROLINNE COTA

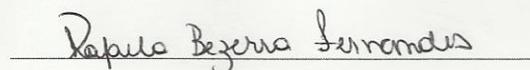
ORIENTADOR: CLAUDIO HENRIQUE MIRANDA HORST

Trabalho de Conclusão de Curso submetida ao curso de Serviço Social da Universidade
Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do
título de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 04 /07 /2019


Dr. Claudio Henrique Miranda Horst


Dr.^a Kathiúça Bertollo.


M.^a Rafaela Bezerra Fernandes.

*“Presenciei tudo isso dentro da minha família
Mulher com olho roxo, espancada todo dia
Eu tinha uns cinco anos, mas já entendia
Que mulher apanha se não fizer comida
Mulher oprimida, sem voz, obediente
Quando eu crescer, eu vou ser diferente”
(MC Carol e Karol Conka, 100% Feminista).*

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo compreender as determinações históricas, econômicas e culturais do debate da educação sexual e da diversidade sexual como parte integrante da vida social por meio da revisão de literatura de livros e artigos que trabalham a temática, bem como a análise documental de reportagens da internet com recorte na pesquisa do Google sobre o Kit Escola sem Homofobia. A reflexão aborda a educação em seu sentido formal, na sociedade capitalista e sua função de reprodução contrária a emancipação humana. Trata-se pesquisa documental com base na tradição marxista, tendo em vista a compreensão histórica da realidade e das relações sociais. É elaborada uma reflexão sobre o complexo da educação, as implicações sociais que o capitalismo tem na vida coletiva dos sujeitos, como o patriarcado, a equivocada 'ideologia de gênero' e o machismo e suas expressões nessa sociabilidade. O objetivo desse trabalho é fazer uma reflexão acerca da totalidade da sociedade capitalista, para que se entendam as determinações históricas e econômicas que incidem sobre o debate da sexualidade, bem como analisar os posicionamentos perante a temática na atualidade, compreender a negação do debate nos espaços educacionais, as leis existentes que resguardam essa implementação e porque não há uma ação sistematizada voltada à educação sexual e às diversas facetas que o debate adquire na sociedade contemporânea. Percebemos ao final dessa reflexão que, para que se entenda todas as questões existentes no debate da diversidade humana, é necessário que se assimile a força da ofensiva conservadora na sociedade capitalista, como a observação do posicionamento tanto da população quanto da burguesia perante o debate da sexualidade, onde podemos perceber que sua negação deriva de um complexo de forças antagônicas em busca de poder sobre a população na restrição de informações e do debate como um todo. Percebemos, também, a importância de que se avance nesta discussão já que a diversidade humana é parte integral dos sujeitos, não podendo ser desvinculada ou negada.

Palavras-chave: Diversidade Humana; Orientação Sexual; Educação Sexual.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand the historical, economic and cultural determinations of the debate of sexual education and sexual diversity as an integral part of social life through the analysis of books and articles that work on the subject, as well as the analysis of the Internet with a cut in Google's research on the School Kit without Homophobia. A reflection is made on education in its formal sense, applied in capitalist society and fulfilling its role, but not in the direction of human emancipation and the dissemination of knowledge aimed at social equality, since it also suffers influences from this mode of production in the order to ensure the reproduction of capitalism and to enable men to work, thus using documentary analysis and the Marxist dialectical materialist method, in view of the historical understanding of reality and social relations, and the process of reconceptualizing Social Service. In the course of its development education is approached in its broad sense, the social implications that capitalism has on the collective life of the subjects, such as patriarchy, gender ideology and machismo express themselves in this sociability, for example. Thus, the objective of this work is to make a reflection on the totality of capitalist society, in order to understand the historical and economic determinations that affect the debate on sexuality, as well as to analyze the positioning in the current thematic, to understand the denial of the debate of sexuality in educational spaces, the existing laws that safeguard this implementation, and because there is no systematized action focused on sex education and the many facets that the debate acquires in contemporary society. We can see at the end of this reflection that, in order to understand all the questions that exist in the debate on human diversity, it is necessary to assimilate the force of the conservative offensive in capitalist society, as well as the observation of the position of both the population and the bourgeoisie before the debate of sexuality, where we can perceive that its denial derives from a complex of antagonistic forces in search of power over the population in restricting information and debate as a whole. We also perceive the importance of advancing this discussion since human diversity is an integral part of the subjects, and can not be dissociated or challenged.

Key-words: Human Diversity; Sexual Orientation; Sexual Education.

LISTA DE SIGLAS

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social.

IBGE – Instituto brasileiro de Geografia e Estatística.

PME – Plano Municipal de Educação de Mariana.

LGTBQ+ – Lésbicas, Gays, Travestis, Transsexuais, Bissexuais e Queer.

ABGLT – Associação brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis e Intersexos.

PT – Partido Trabalhista

PSL – Partido Social Liberal

MEC – Ministério da Educação

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para à Educação, Ciência e Cultura

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

GALE – Global Aliance for LGBT

ECOS – Comunicação em Sexualidade

ONG'S – Organizações não Governamentais

DST - Doenças Sexualmente Transmissíveis

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1 Problematização Teórica do Objeto	18
1.2 Objetivos Gerais e Específicos	26
1.3 Metodologia	27
2. EDUCAÇÃO, SEXUALIDADE E DIVERSIDADE HUMANA NO CAPITALISMO	31
3. A OFENSIVA CONSERVADORA SOB A CAPA DE UM DISCURSO DEMOCRÁTICO	47
3.1 Conservadorismo: Elementos Clássicos e Modernos para a sua Caracterização	50
3.2 A Educação Sexual nas Escolas e a Escola sem Homofobia: Conhecendo as propostas	52
3.3 O Debate sobre o caderno Escola Sem Homofobia Expressa nos Jornais Online	57
3.4 Desconstruindo a Ideologia de Gênero	67
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	72

INTRODUÇÃO

A educação é um tema universal. E, por ser um tema universal, se discute nas diversas ciências, tanto em sua forma de ensino formal como a educação no sentido amplo. Desde as melhorias necessárias a serem feitas na rede de ensino às razões pelas quais a estrutura do ensino se configura de tal forma. A presente proposta visa realizar um estudo acerca da educação e da diversidade sexual e a forma como ambas questões se apresentam na sociedade capitalista. Sociedade que se configura de uma forma específica para atender os interesses de reprodução deste modo de produção, limitando o ensino formal e as manifestações da diversidade sexual. A importância da educação em sentido amplo se demonstra na desconstrução de preconceitos e do conservadorismo, tendo em vista que a diversidade humana e a liberdade de ser quem somos abarca todos os aspectos da vida em sociedade e nos leva a questionar, como dito, seus efeitos.

A educação e a relação com a sexualidade é um debate polêmico, principalmente nas escolas, tendo em vista que na sociedade capitalista, o ensino formal é tido como um espaço de capacitação para o mercado de trabalho, e não uma instituição que estimule nos sujeitos o pensamento crítico a respeito da sociedade. A ofensiva conservadora carrega como ideologia a manutenção de uma sociedade hierárquica e, conseqüentemente, desigual, não estimulando o debate da sexualidade nas redes de ensino com o argumento de que este não configura um espaço que caiba tal debate.

Tal problema de pesquisa surgiu inicialmente a partir da experiência que tive durante o acesso à educação formal, até o Ensino Médio, cursado na E. E. Dom Silvério, da cidade de Mariana, Minas Gerais. Em 10 anos estudando nessa instituição, nunca vivenciei qualquer tipo de palestra, aulas e dinâmicas cotidianas sendo ministradas, visando educar acerca de uso de preservativos, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis e como trata-las, questões que em minha concepção, constituem uma importante dimensão de nossas vidas. Atualmente, essa escola, já não funciona da mesma forma. Foram cortadas as turmas de Ensino Fundamental, e hoje conta somente com o Ensino Médio¹.

¹ Em conversa com ex-alunos, que frequentaram anos antes a mesma instituição, soube que haviam sido ministradas algumas poucas – pelos relatos, se lembravam de duas – palestras onde o assunto

A ausência dessas medidas educacionais muito me chamou atenção nesses anos cursados nessa escola em particular, já que são assuntos que deveriam ser tratados de forma natural, como parte do dia a dia de todas as pessoas em sociedade. Grande parte de nós iniciamos nossa vida sexual enquanto ainda estamos cursando o Ensino Médio, e escondemos das pessoas um fato que é recorrente.

Com meu ingresso no curso de Serviço Social, foi a partir da disciplina de Pesquisa que retomei a temática em questão e desenvolvi na disciplina uma reflexão inicial, posteriormente utilizada para a elaboração desse trabalho. Ademais, o Serviço Social, em sua perspectiva crítica e ontológica da sociedade, trouxe, para a construção desse projeto, uma nova visão a respeito da educação e sua relação com sexualidade e a diversidade sexual, em uma análise da totalidade social para que se chegue à realidade historicamente construída do sistema educacional formal. Ao adentrar o campo de estágio no Centro de Referência de Assistência Social, (CRAS) Distritos, pude observar que as demandas são majoritariamente feitas por mulheres, o que contribuiu para reforçar minhas questões acerca da diversidade sexual e a forma como reproduzimos algumas questões pontuais a serem trabalhadas no decorrer deste projeto.

Compreendemos que a temática envolve as diversas expressões da “questão social”, como a manutenção da homofobia e o machismo, fato que a nosso ver, relaciona-se com o Serviço Social na medida em que é uma questão presente no exercício profissional e sua negligência tem impactos sociais na vida dos indivíduos.

Na agenda contemporânea do Serviço Social brasileiro, a “questão social” é ponto saliente, incontornável e praticamente consensual. E é por razões mais que sólidas: de uma parte, está a pressão que sobre a prática profissional dos assistentes sociais exerce o fato de que, corridas quase duas décadas da derrota da ditadura, a chamada dívida social, longe de ser resgatada com a restauração democrática, foi acrescida; de outra, porque a continuidade do processo de renovação profissional exigiu uma atualização da formação acadêmica que, muito corretamente, esta ancorando o projeto formativo na intervenção sobre a “questão social” (NETTO, 2001, p. 41).

O Serviço Social vem avançando no debate sobre a inserção da profissão no âmbito educacional como um espaço ocupacional, já que é um ambiente permeado pelas diversas expressões da “questão social”. A implementação de políticas

era sexualidade. Ainda assim, o foco era estritamente sobre o uso de preservativos e orientação sobre as DST's.

educacionais relacionadas às determinações que envolvem a sexualidade começando com crianças, livres de preconceitos já estabelecidos e concretizados, teriam maior contribuição na absorção das informações ofertadas pelas escolas. Sendo um espaço onde seria engrandecedora a contribuição da profissão por uma educação inclusiva, crítica e na perspectiva da garantia de direitos, tendo em vista particularmente alguns princípios fundamentais do Código de Ética do Serviço Social. Como por exemplo:

III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;

V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;

VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;

XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (BRASIL, 2012, p.23).

Como visto, na particularidade da profissão, o Serviço Social expressa em seu Código de Ética a defesa dos direitos humanos, o compromisso com os movimentos sociais e a classe trabalhadora. No cotidiano de atendimento do profissional as expressões da “questão social” se manifestam em âmbitos familiares, no trabalho, na acessibilidade a serviços básicos e etc., mas o enfretamento das expressões da “questão social” também se apresenta por meio da luta, da resistência. O Projeto Ético Político, então, estabelece o compromisso com o fortalecimento das lutas sociais junto à população que é alvo da intervenção profissional.

Inicialmente pretendíamos estudar o município de Mariana, donde havíamos destacado alguns elementos que aparecem no Plano Municipal de Educação de Mariana (PME). Esse documento apresenta, primordialmente, reflexões sobre a

formação necessária do corpo docente e quais as necessidades a serem atendidas no período de 2015- 2024.

I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na **erradicação de todas as formas de discriminação**; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos **valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade**; VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica; VIII - estabelecimento de aplicação de recursos públicos em educação que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX - valorização dos(as) profissionais da educação; X - **promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade** e à sustentabilidade socioambiental.

Evidencia-se que existe no Plano Municipal da cidade a defesa a diversidade – e as questões que a envolve, como a erradicação da descriminalização – e o respaldo para a aplicação da educação sexual, porém, a contraditoriedade destes elementos manifesta-se quando a educação sexual não é inserida e mesmo sua discussão é negada. Já no item quatro do Plano destaca-se a história da educação no município.

A cidade de Mariana, assim concebida como a única cidade de Minas Colonial, merece na história uma posição de destaque, por ter sido a pioneira em estabelecimentos de ensino no estado: o Seminário Nossa Senhora da Boa Morte, em 1753 e o Colégio Providência, em meados de 1850. Longe do brilho dos primeiros dias de ouro abundante, o processo educacional do Município sofreu com o isolamento característico das comunidades rurais e com a concentração do ensino em poder da Igreja, característica do período colonial. O papel do Estado na formação de uma política de ensino em Mariana só veio a lume na primeira metade do século XX, com a implantação na cidade da Escola Dom Benevides e posteriormente, já nos anos 50/60 com as escolas Professor Soares Ferreira, Gomes Freire e Dom Silvério. Isso fez com que o Município sofresse os revezes da Política Educacional da Arquidiocese, a quem cabia atender com colégios a todos os Municípios que a compõem. Testemunhando este fato temos o ato do Arcebispo Dom Helvécio que proporcionou a migração do Colégio Arquidiocesano de Mariana para a cidade de Ouro Preto, na mesma época em que a União Federal consolidava sua hegemonia no ensino naquela cidade com a Escola Técnica Federal de Ouro Preto e as escolas de Minas e de Farmácia. O prejuízo intelectual para os marianenses foi parcialmente compensado no final da década de 50, quando, por iniciativa de Padre Avelar e Dom Oscar de Oliveira, foi implantado o Colégio Dom Frei Manuel da Cruz.

Em relação a citação destacamos a predominância da Igreja no processo de formalização do ensino em Mariana, onde acreditamos que tais características deixaram marcas muito profundas no ensino – bem como em quase todos os âmbitos da vida social dos marianenses. A realidade, por outro lado, exige que a

integração e o combate à desigualdade ocorram por diversas vias legais dentro das instituições de ensino. Uma delas é a inserção nas cadeiras escolares do tema sexualidade com compatibilidade em relação à idade dos estudantes – e a integração deste debate é negligenciada inclusive no que se diz respeito à especialização dos pedagogos e professores de forma geral para que se trate da temática. Outro viés são palestras a serem ministradas, livros com histórias sobre a diversidade sexual que existem sendo lidos as crianças, filmes, documentários, dentre várias alternativas que não cabem a essa introdução propor, se fazendo necessário um grande e amplo estudo a respeito do assunto, e, obviamente, uma reforma no ensino como um todo.

A educação formal é uma instituição que se faz presente na vida de boa parte dos sujeitos em sociedade, começando em fase muito precoce, normalmente aos quatro anos, e no caso brasileiro, conforme apresentou a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD), divulgada pelo Instituto brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) em 2017, somente: “Em 2016, a taxa de escolarização das crianças de 0 a 3 anos (creche) alcançou 30,4% (3,1 milhões) das quais 69,1% delas estavam na rede pública e 30,9%, na rede privada. A meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE), lei sancionada em 2014, prevê que, no mínimo, 50% das crianças até 3 anos frequentem creche até 2024” (AGÊNCIA BRASIL, 2017).

Tendo isso posto, a abrangência da educação formal hoje fica evidente – por mais que exclua uma parcela da população específica. Portanto, a educação tem um papel de extrema importância na formação dos homens e mulheres, na forma como nos reconhecemos como sujeitos, influenciando na forma como pensamos como devemos nos comportar. Como sabemos, a moral é socialmente e historicamente construída. A moral que nos constitui intimamente, é parte dessa cultura, parte da estrutura da sociedade.

Diretamente ligado a educação formal, mas cumprindo um papel de transmissão de valores, a família tem um papel primário na educação sexual das crianças/adolescentes. Quando surgem primeiras manifestações da curiosidade sobre sexualidade, nos diversos aspectos da palavra, o primeiro recurso para sanar esse interesse é dentro de casa. Os pais são as primeiras referências dos filhos para satisfazer qualquer curiosidade. No entanto, quando os pais veem a sexualidade como um grande tabu, começa um processo de inibição das crianças.

Muitos pais acreditam que as crianças não devem fazer perguntas sobre sexo por acreditar que não possuem idade suficiente para entender, considerando, portanto, um absurdo qualquer menção a este assunto. [...] A criança que tem idade para perguntar também tem idade para ouvir. Os pais nunca devem dar respostas imaginárias e irreais como, por exemplo: se a criança perguntar como nasceu o pai responder que foi a cegonha que trouxe, ao invés de falar a verdade na linguagem adequada para cada idade (SAMPAIO; SIMAIA, 2005, p. 36).

E continua:

É muito comum a professora ouvir risadinhas quando, numa aula de ciências, são mostradas figuras dos órgãos genitais no estudo do corpo humano e o aparelho urinário. Observamos espantos, murmúrios, indignações. Isto acontece, muitas vezes, por falta de orientação dos pais em casa. Muitas meninas só ficam sabendo que vão menstruar quando conversam com outras colegas que já tiveram esta experiência. Muitas sentem vergonha dos seios que começam a crescer usando como alternativa uma camiseta por baixo da farda ao invés de pedir um sutiã à mãe, e esta, por sua vez, não percebe o constrangimento da filha. Tudo isso mexe com a cabeça do adolescente que além de sofrer todas estas transformações no corpo ainda não contam com o apoio e orientação adequada dos pais. Se uma criança não tem desde cedo um esclarecimento sobre assuntos ligados ao sexo, não compartilha seus medos e ansiedade com seus pais, se os pais não lhe dão apoio nas suas descobertas, certamente ela será um adolescente carregado de dúvidas buscando em revistas e conversas com amigos o entendimento deste processo e provavelmente um adulto com complexos, culpas e preconceitos, como observa Fagundes: 'A sexualidade infantil estabelece as bases para a sexualidade na adolescência e para a sexualidade na vida adulta' (SAMPAIO; SIMAIA, 2005, p.37).

O próprio fato de haver um tabu nos adultos para falar sobre isso com as crianças é um indicativo muito grande do modo como organizamos a sociedade. Uma sociedade patriarcal, onde o sexo só é válido “entre quatro paredes”. Da mesma forma em que é visto como “assunto de adulto”, a sexualidade é propaganda: vídeos, revistas, imagens consumidas todos os dias pela população, onde esse tipo de informação cumpre seu papel, e nesse sentido, educam e orientam os sujeitos, ainda que não na direção que desejamos.

A sexualização da mulher, particularmente da mulher negra – a objetificação da mesma, a forma como há uma banalização do corpo – por mais que seja engrandecedor que a mulher venha conquistando de forma gradual o direito de se relacionar com quem queira da forma que queira – objetifica, contribuindo para a “imagem” de vulgaridade da mulher, como se fosse nada mais que um instrumento de satisfação do prazer masculino, o que fica evidente em vídeos pornôns, onde o orgasmo feminino é diversas vezes negligenciado, e as atrizes mais parecem estar sofrendo pela profissão do que sentindo prazer real. O sexo se tornou mercadoria.

A educação formal tem como propósito ensinar e direcionar esse ensino para que os sujeitos se capacitem profissionalmente, e por mais que o ensino formal se caracterize nos sistemas de ensino tradicional, esta pode e deve acontecer de forma dinâmica e lúdica, fora dos padrões normativos, com uma didática que prepare o indivíduo a atuar junto a sociedade e que faça um resgate histórico do que foi apreendido pela humanidade até então. A educação formal é permeada por contradições, pois no sentido em que repassa os conhecimentos acumulados pela humanidade, o faz de forma a atender a sociedade capitalista e sua necessidade de manutenção e reprodução das relações sociais nela engregadas.

É possível observar que, já na década de 1920, existem registros de escolas que abordavam a educação sexual como medida paliativa. Porém, desde o surgimento epidêmico da AIDS, na década de 1980, associada a homossexualidade, a partir da divulgação feita pela mídia e permeada pelo preconceito, dão impulso ao debate sobre a educação sexual, desenvolvida de forma mais sistemática. O Estado – órgãos públicos nacionais e internacionais – começa a discutir políticas de prevenção da doença.

No início, trabalhava-se a sexualidade não porque acreditavam ser importante para o desenvolvimento integral do indivíduo, mas porque as pessoas começaram a ter a visão de que a educação sexual deveria ser discutida de uma forma que tratasse dos problemas que estavam aparecendo, como: a gravidez na adolescência, o uso de drogas por adolescentes e devido à preocupação de pais e educadores com o aparecimento da AIDS, que começava a “ameaçar” também aos jovens e mudar todos os conceitos e maneiras de vivenciarem a própria sexualidade (RIBEIRO, 1993, p. 1).

A ignorância ressaltada acima sobre a AIDS ser transmitida apenas por homossexuais, isentando casais heterossexuais da doença, fez com que o índice, contraditoriamente, aumentasse, abrindo as portas para o debate da Educação Sexual, tendo em vista a mobilização dos órgãos públicos para o controle da epidemia.

Nas escolas, supunha-se que as aulas de Biologia dariam conta de abranger todos os aspectos da sexualidade. Atualmente, nos damos conta que a sexualidade envolve muito mais do que questões biológicas, mas culturais, sociais e históricas.

A sexualidade se faz presente em todos os sentidos da vida, não podendo ser excluída dos espaços educacionais. A escola como um espaço contínuo de atividades e devida a frequência diária dos alunos nesse ambiente, permite uma

orientação e desenvolvimento de atividades constantes, sendo um espaço onde os alunos poderiam se sentir à vontade para esclarecer dúvidas. Conforme apontou Ribeiro:

A educação sexual será importante para que, nossas crianças e adolescentes, no futuro, tenham mais responsabilidades em relação à vida sexual, menos preconceito nas relações sociais, mais informadas sobre o corpo e a sexualidade e com escolhas mais assertivas e atitudes preventivas (RIBEIRO, 1993, p. 5)².

De forma conclusiva, Ribeiro (1993) disserta sobre a importância da metodologia participativa, onde o aluno não é um mero receptor de informações, mas sim envolvê-los nas discussões, em busca de esclarecer possíveis problemas que possam ter, tendo a questão de gênero como “fio condutor”. “O trabalho de educação sexual é integrado às atividades diárias: situações como histórias, na abordagem dos conteúdos no cotidiano da sala de aula, nos jogos e brincadeiras ou nas diversas situações que se apresentam e podem ser aproveitadas” (RIBEIRO, 1993, p/6).

Fica claro, no decorrer da exposição do autor, que existem ferramentas que podem ser utilizadas pelo Estado (que são amparadas por leis) e pelos educadores para a realização de um trabalho nessa área que viabilize a inserção do debate sobre a sexualidade e suas dimensões também no ensino formal. A Educação Sexual vai muito além dos marcos da saúde – embora esta seja tão importante quanto – como também significa uma forma de expressar dúvidas e questionamentos que hora ou outra esses sujeitos vão se deparar na realidade, e o respeito à diversidade, sem preconceitos, que constitui um dos principais desafios nessa área.

Por fim, Ribeiro também cita os respaldos legais da educação sexual no Brasil, que por si só não é capaz de garantir que se trabalhe a sexualidade, sendo necessário o apoio e aceitação da sociedade quanto ao tema, que até os dias atuais é permeada pelo preconceito de uma sociedade conservadora.

- *Portaria Interministerial Ministério da Saúde e Ministério da Educação – nº 796 (29 de maio de 1992);*

² Ribeiro (1993) discorre sobre a importância de uma aula semanal, onde os alunos teriam um espaço para levantar questões, esclarecer dúvidas e problematizar temas de grande importância social. Assim, quando o jovem não tem um espaço que possa discutir abertamente, acabam não percebendo sua sexualidade como algo natural.

- *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. Lei 9.394/1996;*
- *Parâmetros Curriculares Nacionais (1996);*
- *Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;*
- *Marco legal: saúde, um direito de adolescentes. Ministério da Saúde (2005).*

Na contramão do debate acima apresentado, o atual projeto Escola sem Partido, é uma proposta de lei – PL 867/2015 – que pretende limitar a atuação dos professores em sala de aula alegando haver uma doutrinação ideológica nas escolas, fixando nas escolas cartazes com os deveres dos professores, impedindo que os alunos tenham acesso a outras concepções de mundo historicamente construídas e, além disso, prevê que os pais dos alunos tenham o direito de escolher aquilo que é ensinado aos seus filhos, expressando claramente as questões anteriormente abordadas neste trabalho em relação à transmissão de valores – muitas vezes, como nesse caso, conservadores.

No site oficial do Escola Sem Partido, ficam definidas as seguintes atribuições:

Art. 1º. Fica criado, no âmbito do sistema estadual de ensino, o "Programa Escola sem Partido", atendidos os seguintes princípios:

I - **neutralidade política**, ideológica e religiosa do Estado; II - pluralismo de ideias no ambiente acadêmico; III - **liberdade de consciência e de crença**; IV - liberdade de ensinar e de aprender; V - reconhecimento da vulnerabilidade do educando como parte mais fraca na relação de aprendizado; VI - educação e informação do estudante quanto aos direitos compreendidos em sua liberdade de consciência e de crença; VII - **direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções**. Parágrafo único. **O Poder Público não se imiscuirá na orientação sexual dos alunos** nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer ou direcionar o natural desenvolvimento de sua personalidade, **em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo**, sendo vedada, especialmente, **a aplicação dos postulados da ideologia de gênero**.

Tais princípios norteadores evidenciam a onda conservadora que tenta combater a liberdade de expressão com um discurso que defende a democracia, impondo uma hegemonia tradicionalista e demonstrando a importância do sistema educacional para a classe burguesa.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO TEÓRICA DO OBJETO

Para fins reflexivos acerca da diversidade sexual, Santos (2011) discursa sobre como o capitalismo cria uma nova forma de sociabilidade, onde homens e mulheres começam a se individualizar, com um projeto civilizatório que resulta em uma nova

racionalidade tendo em vista a nova forma de se produzir e reproduzir. Nesse sentido, a própria explicação sobre a diversidade sexual está em disputa na particularidade no sistema do capital.

Santos (2011) apresenta duas perspectivas comuns de análise – o economicismo e o politicismo – sobre as condições vivenciadas pela comunidade LGBTQ+ em suas vidas cotidianas. Resumidamente, o *politicismo* é a crença que a partir da consciência dos direitos humanos pelos sujeitos, haverá a superação da opressão. O *economicismo* sugere que a partir de outro modelo econômico aconteceria essa superação, sendo a opressão derivada desse modo de produção.

Conforme sinalizou Santos (2011), é necessária uma análise histórica na perspectiva de totalidade para uma leitura das opressões. A individualidade não está ligada apenas ao eu, mas como uma dimensão da vida, que só pode ser entendida no desenvolvimento histórico das forças de produção e é afetada pelo desenvolvimento social.

De outro modo, a diversidade, em sua dimensão categorial é *elemento constituinte da individualidade humana* e, sob esta perspectiva, reconhecê-la não implica nenhum abandono da dimensão genérica e da universalidade. Ser diverso não significa a fixação na singularidade e nem legitima o entendimento da vida social, na forma fragmentária, como algo natural, como se a fragmentação não se constituísse num resultado histórico-social (SANTOS, 2005, p.44).

Tal como destaca a autora, a sociabilidade e a individualidade se determinam, uma vez que, ao mesmo tempo, as relações coletivas e individuais determinam a história e são determinadas por elas. Ou seja, a formação da individualidade (que só ocorre na sociabilidade) passa pela formação de um arbítrio coletivo. Dessa forma, a individualidade se fundamenta nos sujeitos que produzem socialmente as condições materiais de existência, e na mesma medida, produzem a si próprios.

Torna-se relevante discernir que a individualidade refere-se à efetividade social dos indivíduos, considerando, pois, a rede complexa de determinações e mediações em relação à realidade material, concreta e histórica dos indivíduos sociais (SANTOS, 2005, p. 47).

Dessa forma, compreendemos que a diversidade é um eixo favorável a reprodução de opressões e de violação de direitos e também um produto dessa individualização. Ao transformar a natureza para a satisfação de necessidades, os homens e mulheres, nessa interação por meio do trabalho, estabelecem o mundo do ser social. A personalidade é consequência da elevação das capacidades humanas que ocorre por meio do desenvolvimento do trabalho. “*Isto posto, sabemos das*

complexas articulações que se apresentam no processo de individuação, sendo a mais significativa aqui, o fato do indivíduo ser ontologicamente ser singular e ser genérico” (SANTOS, 2017. p.9).

A partir desse entendimento, Santos (2017) parte para um segundo pressuposto: o da família monogâmica, que “surge”, altera a personalidade dos sujeitos, aprofundando o processo de alienação com o desenvolvimento do capitalismo. Outro pressuposto apresentado pela autora é que: a diversidade humana não se traduz no processo de reivindicações dos movimentos sociais, mas sim como uma característica própria do processo de individualização dos sujeitos a partir da divisão do trabalho e no desenvolvimento humano, ou seja, a capacidade de auto-organização e os movimentos políticos, que foram imprescindíveis para a problematização de preconceitos, que configura o quarto pressuposto. Como quinto pressuposto destaca a realidade brasileira de capitalismo periférico permeada pelo racismo e patriarcado, úteis a manutenção destes sujeitos, cada vez mais distantes da sua humanidade e diversidade, já que o racismo e o patriarcado são essenciais ao funcionamento do capitalismo.

Tendo isso posto, retomo as temáticas abordadas por ela sobre o economicismo que se caracteriza por uma limitação do conceito de modo de produção a esfera do econômico. Significativa parcela da esquerda no mundo e na particularidade brasileira utiliza de fundamentos economicistas, e nessa perspectiva, implica no debate da diversidade sexual que esta não se enquadra na categoria direito, mas sim como um fenômeno acidental do modo de produção capitalista. A individualidade é reduzida drasticamente a uma noção economicista de classe social, que tende a fragmentar o papel consciência no real, onde as lutas sociais são apreendidas fora do âmbito histórico, incapazes de gerar consciência de classe.

O politicismo, em conjunto com o economicismo, assume o entendimento de que a realidade se reduz à política, onde prevalece o pensamento liberal. Assim, em diversos segmentos há a dissociação da vida cotidiana do modo de produção capitalista e apreender as determinações sociais, políticas e culturais se tornou algo irrelevante, acarretando o processo de indivíduos autônomos.

Os variados tipos de politicismo se unificam em torno da crença de que a superação da opressão se resolverá a partir da tomada de consciência dos indivíduos através do respeito aos direitos humanos. Por outro lado, nos

parâmetros economicistas, a análise das formas de opressão é tomada como manifestação de uma estrutura que, entendida na genial definição gramsciana, como “um Deus oculto”, torna-se impermeável à ação da consciência humana, que, para mudar, deve esperar a chegada de um novo modo de produção (SANTOS, 2017, p. 40).

Estudos sobre a diversidade sexual ganham espaços no meio acadêmico, e por mais que as manifestações políticas denunciem a violência e o conservadorismo, é difícil encontrarmos referências que abordam a perspectiva das relações sociais no capital. O debate acerca do politicamente correto surge no Brasil em 1990, e a autora destaca que a mudança em alguns discursos, que reproduzem preconceitos e a discriminação, foi e permanece sendo importante, mas ressalta que, apenas a mudança na linguagem não há mudança na vida cotidiana, tampouco pode ser usada como medida de enfrentamento as formas de opressão, tendo em vista que está enraizada num contexto sócio-cultural-histórico. A partir da construção do debate do politicamente correto, muitos deixaram de usar expressões preconceituosas, mas nem por isso deixaram de alimentar práticas discriminatórias.

A dimensão societária se agregada à análise criteriosa possibilitaria demonstrar o quanto o preconceito se instituiu nas relações sociais e se reproduz como um instrumento de ação voltado para a dominação e o controle. O preconceito obstaculiza o desenvolvimento da individualidade, ceifa descobertas e encontra modos contínuos de assegurar sua reprodução. Parece ir sempre mais além. Tem força destrutiva que atua no bloqueio da consciência de que o indivíduo é gênero humano (SANTOS, 2017, p.15).

Assim, é possível inferir que os moldes tradicionais do modelo educacional vigente nessa forma de sociabilidade não são capazes de contribuir para uma reflexão sobre a sexualidade em suas determinações. A moralidade é historicamente construída pelos homens e aceita intimamente pelos mesmos, estabelecendo padrões normativos de comportamento, o que se deve ou não dizer, ensinar e produzir. A educação, teoricamente, teria o papel de construir sujeitos capazes de pensar criticamente a realidade, mas devido a esse moralismo, a educação em seus moldes formais tem contribuído para a reprodução desta de forma permanente. Os elementos estudados até aqui, nos levam a reflexão sobre as possibilidades de se alterar o ensino formal para que forme sujeitos críticos com respeito a diversidade humana, e, dessa forma, nos leva a questionar e buscar encontrar explicações para

entender as razões pelas quais o ensino formal não trata sobre a sexualidade em sua abrangência e a quem interessa que seja dessa forma.

Lopes (2015) demonstra como em cada momento histórico, a compreensão do sexo e sexualidade eram determinadas pela forma como os homens se relacionam. Dessa forma, discorre sobre como até o século XVII, não havia restrições com relação ao assunto: após o período citado, emerge um momento marcado pela repressão - coincidentemente, no mesmo momento do “nascimento” do capitalismo.

De acordo com a argumentação da autora, a Revolução Industrial, um dos marcos da consolidação do capitalismo, redefine as relações sociais e de trabalho, de forma que nesse momento, o dispêndio de energia do trabalhador deve ser focado na produção de bens – como é característico desse modo de produção até o presente, já que sua estrutura é consolidada num alicerce de exploração da classe trabalhadora em busca de lucros, extração de mais valia em jornadas de trabalho extensas – “e, para isso, a mensagem instaurada foi a de que o prazer sexual era fonte de males físicos e causador de perturbações mentais” (LOPES, 2015 *apud* PRIORE, 2011; *apud* FOUCAULT, 1988).

A partir desse momento, as crianças passam a ser tratadas e referenciadas com uma pureza assexuada. Como aborda Lopes (2015), para manter a ignorância da população, procurava-se afastá-las da curiosidade utilizando um padrão repressor de comportamento. Assim, instaura-se a mensagem de que o dispêndio de energia deveria ser direcionado a produção, e o prazer sexual era visto como uma coisa maligna, sendo necessária somente para as necessidades de reprodução.

Conforme aponta a autora, nos séculos XVIII e XIX, o discurso se torna mais proibitório, fundamentado por sua base científica.

A Igreja cedeu o espaço de propagadora de ideias repressivas às ciências nascentes, conquanto continuasse a disseminar seus pressupostos acerca de pureza, castidade e fidelidade (Foucault, 1988). Conforme Chauí (1985), durante o século XIX, o sexo passou a ser tratado como problema clínico de saúde com a classificação das doenças, dos desvios e das anomalias, tanto com finalidade profilática ou higiênica quanto de normalização de condutas. Essa institucionalização do conhecimento sobre sexo e sexualidade era fundamental para seu pleno controle, o que, por sua vez, assegurava um poder sobre a população. O conhecimento das “aberrações sexuais” favorecia o incentivo pedagógico e terapêutico das formas consideradas “normais” (LOPES, 2015, p. 622 *apud* CHAUI, 1985).

Nos séculos XX e XIX, há um avanço nesse sentido: o sexo e a sexualidade passam a ser tratados de formas mais humanizadas, sendo mais uma relação humana natural, e como sugere a autora, como um fenômeno que envolve a nossa existência como um todo. Portanto, as ideias colocadas pelo capitalismo passam a ser diluídas no processo de modernização. É evidente que até os dias atuais, muito por influência da “Igreja”, bem como o sistema capitalista respaldado pela ciência burguesa, tanto o sexo quanto a sexualidade encontram barreiras morais estabelecidas por essas instituições com a característica principal de impureza, insulto, e só as ciências estavam “autorizadas” a falarem sobre.

Como é claramente noticiado diariamente, o machismo, a homofobia, normatizam condutas, o “certo” e o “errado”, as definições de “bom” e “mau” assimilam a uma mulher que gostasse de sexo, por exemplo, o título de prostituta, e a homossexualidade, o de doença, sujeita a tratamento, legado dessa sociedade até hoje patriarcal, que limita a liberdade das pessoas de viver plenamente sua sexualidade, cerceado as relações heterossexuais e a concepção. Na contramão dessa lógica, o plano de Ação do Cairo (1994), resultado de uma conferência, é o primeiro documento de direitos humanos publicados desde a Declaração Universal de 1948, o sexo começa a ser visto como uma dimensão positiva.

Como consequência de todo esse processo, admite-se, hoje, que a sexualidade manifesta-se desde o nascimento de cada indivíduo e acompanha o desenvolvimento. Embora ainda exista muita repressão, a compreensão sobre o tema avança (Vitiello, 1995). A emergência da consciência de que a sexualidade está presente em todas as etapas da vida torna possível refletir sobre autoconfiança e autoestima, discutindo-a não mais apenas sob os aspectos biológicos, mas ampliando à saúde, ao afetivo e ao social. Todavia, trata-se de um tema cercado de tabus e preconceitos, em parte devido ao fato de ser uma proposição recente, com uma herança de medos, impedimentos e dificuldades na sua abordagem (LOPES, 2015, p. 622).

No Brasil, no final do século XIX, surge a preocupação com as questões de saúde e higiene, com o aumento da população urbana, apresentando a necessidade do Estado de construir políticas públicas e sociais. Assim, a educação sexual ganha foco, que, até então, só aparecia com a pregação valores cristãos moralistas. As ideias sobre sexualidade não se alteraram, mantendo o caráter proibitivo e mais voltado para o discurso higienista.

Pode-se dizer que no início do século XX o país avançava com a tentativa de inclusão da temática “educação sexual” nas escolas, buscando o controle das doenças sexualmente transmissíveis, com destaque para a sífilis. Em 1928, o Congresso Nacional aprovou uma proposta de inserir a

temática nas escolas e, em 1930, criou o Departamento Nacional da Criança, com o objetivo de proteger a maternidade, a infância e a adolescência. Porém, as iniciativas não se concretizaram, em decorrência da posição dos setores mais conservadores da sociedade, especialmente a Igreja Católica (LOPES, 2015, p. 623).

O Estado é, portanto, o responsável por adotar campanhas educativas referentes a saúde sexual. Em 1928 foi realizado o Congresso Nacional de Educadores, no qual é aprovada a inserção da temática nas escolas pelo Programa de Educação Sexual, que seria direcionado a crianças acima de onze anos de idade. Com o objetivo de combater doenças venéreas, ilustrando como o debate da sexualidade era tratado naquele momento, não entendendo a sexualidade como parte da diversidade humana, livre de tabus e preconceitos, respeitando a diversidade sexual. O projeto não se concretiza e estagna-se por 15 anos - período ditatorial, marcado por expressivas medidas repressivas em todos os aspectos sociais – e, em 1978, é implementado a educação sexual como conteúdo curricular a nível médio (1º e 2º anos) na disciplina denominada de Programa de Saúde.

Devido a epidemia do vírus HIV, o Ministério da Educação e da Saúde estimulam programas de educação sexual para que se amplie o espaço de debate. A Proposta Oficial de Educação sexual apresenta caráter higienista, já que a escola era tida como um espaço privilegiado para a ampliação do debate; foi aprovado pelo Congresso Nacional a implementação da educação sexual como conteúdo curricular transversal em 1978, com a abertura política.

Ademais, a Igreja Católica possuía grande domínio sobre o sistema educacional, gerando grande repressão ao debate da sexualidade. Conforme estamos apontando, a educação sexual, em sua grande extensão, é tratada como proposta para os profissionais da saúde e a sua preocupação designa-se a prevenção de doenças.

Conforme acreditamos, a educação sozinha não é capaz de emancipar o homem, a emancipação humana aqui entendida naquele sentido trazido por Marx. A emancipação humana é entendida como um processo de libertação da classe trabalhadora do capitalismo, sustentado pela apropriação de poucos dos frutos da exploração da força de trabalho de muitos – a mais valia – e a retirada das amarras que, a detenção dos meios de produção nas mãos de poucos impõem aos demais membros desse modo de produção econômica.

A educação é importante nesse processo, obviamente, mas não o realiza num todo. A educação na sociedade capitalista serve como instrumento alienador e, acima de tudo, serve para colocar os sujeitos “*em seus devidos lugares*”. Ou seja, toda a estruturação da educação serve aos interesses do capital de reproduzir a sua dinâmica de dominação, no sentido de que se altera até a história para que ela legitime esse sistema toda vez que ele se encontra ameaçado, ainda que ao mesmo tempo, a educação pode – e deve ser – um instrumento central.

Mészáros (2005) ilustra – a partir das ideias de Gramsci – o que estamos destacando:

Contra uma concepção tendenciosamente estreita da educação e da vida intelectual, cujo objetivo é manter o proletariado “no seu lugar”, Gramsci argumentou, enfaticamente, há muito tempo que não há nenhuma atividade humana da qual se possa excluir qualquer intervenção intelectual – o homo faber não pode ser separado do homo sapiens. Além disso, fora do trabalho, todo homem desenvolve alguma atividade intelectual; ele é, em outras palavras, um “filósofo”, um artista, um homem com sensibilidade; ele partilha uma concepção de mundo, tem uma linha consciente de conduta moral, e, portanto contribui para manter ou mudar a concepção de mundo, isto é, para estimular novas formas de pensamento. Como podemos observar, a posição de Gramsci é profundamente democrática. É a única sustentável. A sua conclusão é bifacetada. Primeiro, ele insiste que todo ser humano contribui, de uma forma ou de outra, para a formação de uma concepção de mundo predominante. Em segundo lugar, ele assinala que tal contribuição pode cair nas categorias contratantes da manutenção e da mudança. Pode não ser apenas uma ou outra, mas ambas simultaneamente. Qual das duas é mais acentuada, e em que grau, isso obviamente dependerá da forma como as forças sociais conflitantes se confrontam e defendem seus interesses alternativos importantes. Em outras palavras, a dinâmica histórica não é uma força externa misteriosa qualquer e sim uma intervenção de uma enorme multiplicidade de seres humanos no processo real [...] isso coloca em perspectiva as reivindicações elitistas de políticos autônomos e educadores. Pois eles não podem mudar a bel prazer a concepção de mundo da sua época, por mais que queiram fazê-lo, e por mais gigantesco que possa ser o aparelho de propaganda a sua disposição. Um processo coletivo inevitável, de proporções elementares, não pode ser expropriado definitivamente, mesmo pelos mais espertos e generosamente financiados agentes políticos intelectuais. Não fosse por esse inconveniente fato brutal, posto tão em evidência por Gramsci, o domínio da educação institucional formal e estreita poderia reinar para sempre em favor do capital. Por maior que seja, nenhuma manipulação vinda de cima pode transformar o imensamente complexo processo de modelagem da visão de mundo de nossos tempos (...) num dispositivo homogêneo e uniforme, que funcione como promotor permanente da lógica do capital. Nem mesmo o aspecto da “manutenção” pode ser considerado um constituinte passivo da concepção de mundo que predomina entre os indivíduos (MÉSZÁROS, 2005, s/p).

Nesse sentido a educação nesse sistema não pode ser vista somente como um processo alienador. A educação tem caráter alienador e de internalização das ideias de classe, mas, ainda sim, é uma instituição necessária em níveis diversos.

Afinal, conforme apontou Mészáros (1994, s/p): “Certamente, muitas escolas podem causar um grande estrago, merecendo, portanto, totalmente, as severas críticas de Martí, que as chamou de formidáveis prisões. *Mas nem mesmo os piores grilhões tem como predominar uniformemente*”.

Como argumentado acima, educação passa a atender aos interesses do capital também no sentido de fazer os indivíduos “internalizarem”, nas palavras de Mészáros (2005), a situação de classe em que se encontram, e de maneira relativamente passiva, para que não se altere essa dinâmica.

As determinações gerais do capital afetam profundamente cada âmbito particular com alguma influência na educação, e de forma nenhuma apenas nas instituições educacionais formais. Estas estão estritamente integradas na totalidade dos processos sociais. Não podem funcionar adequadamente exceto se tiverem em sintonias com as determinações educacionais gerais da sociedade como um todo [...] no sentido verdadeiramente amplo do termo educação trata-se de uma questão de internalização pelos indivíduos da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas adequadas e as formas de conduta certas (MÉSZÁROS, 2005, s/p.).

Para Mészáros (2005), a educação serve aos interesses do Estado Burguês no sentido de que, quando ela é ofertada de forma precarizada a população que não tem condições financeiras para pagar um ensino privado, não põem os sujeitos a pensar, a construir um raciocínio lógico e crítico a sociedade que vivemos; impossibilita o proletário de estar consciente dos seus direitos, e com isso a organização em forma de luta de classes é fragmentada, é abafada e reduzida. Afinal, “conceder” a classe trabalhadora um ensino de qualidade poderia desenvolver nos indivíduos a capacidade crítica de questionar o mundo em que vive, as limitações, a exploração constante a qual somos submetidos.

A identificação da classe para si, contraria a ideia que o capital visa reproduzir de manter os sujeitos na classe em que estão, sem possibilidade de ascensão a uma melhoria de vida tanto nos moldes da própria sociedade capitalista quanto no sentido de revolta contra a sociedade de classes, pois a sua lógica de explorador *versus* explorado exige uma população alienada. Não existe educação que realmente oriente de forma clara sobre a realidade social e que empodere os indivíduos na ordem do capital. Para que haja de fato uma mudança na educação, não basta mudar estruturalmente a ordem existente, que é a saída para a maior parte dos autores quando querem “consertar erros” no ensino: é preciso a aniquilação da mesma.

Apenas a mais ampla das concepções de educação pode nos ajudar a perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical, proporcionando instrumentos de pressão que rompam com a lógica mistificadora do capital. Essa maneira de abordar o assunto é de fato tanto a esperança como a garantia de um possível êxito. Em contraste cair na tentação dos reparos institucionais formais – “passo a passo” como afirma a sabedoria reformista desde tempos imemoriais – significa permanecer aprisionado dentro do círculo vicioso institucionalmente articulado e protegido dessa lógica autocentrada do capital (MÉSZÁROS, 2005, s/p.).

Mészáros (2005) disserta sobre a grande tarefa histórica da educação, que seria, de maneira sintetizada, a contribuição para a construção de consciência dos sujeitos – como a história contada de forma real que conscientiza a classe sobre suas lutas e sobre a dominação e exploração da força de trabalho – mas que isso seria impossível, “quase um milagre”, na dinâmica do capital, já que daria as armas para o reconhecimento da classe para si, e como já dito, essa consciência de classe é um dos elementos centrais para a aniquilação do modo de produção capitalista pelas mãos de toda classe trabalhadora. Afinal, conforme destacou Marx “[...] a burguesia não forjou apenas as armas que lhe trazem a morte; também gerou os homens que manejarão essas armas – os operários modernos, os proletários” (MARX, 1848. p/7). Assim sendo, as escolas viraram uma forma de prisão e doutrinação a mando do capitalismo, necessária à manutenção do sistema vigente. Marx afirma que a educação é “parte da superestrutura do controle das classes dominantes” (*apud* GIANCATERINO, 2001, s/p) que tornam nebulosos os interesses da classe trabalhadora.

O que pretendo afirmar com essa argumentação é que a forma como se organiza e estrutura a educação formal nos moldes da sociedade capitalista, que tem a alienação dos sujeitos como um dos seus mecanismos de manutenção deste sistema, é vantajoso que não se insira no ensino um debate sobre a diversidade humana, que acarreta todo um movimento cotidiano de preconceitos e tabus, onde não são distribuídas informações tão naturais, recorrentes e próprias do ser social, dessa forma, contribuindo para a mistificação da realidade, na contramão da legitimação de direitos.

No decorrer do desenvolvimento da pesquisa, apresenta-se o questionamento persistente do porquê a educação formal se estrutura dessa forma, a quem interessa que ela assim seja e o porquê a educação sexual é obstinadamente deixada de “fora” do ensino. A pergunta problema de pesquisa, portanto, se relaciona ao

entendimento da estrutura historicamente construída da sociedade, para compreender porque a educação formal se apresenta dessa forma e sua relação com a diversidade sexual.

A partir de tal questionamento elaboramos nossos objetivos.

1.2 OBJETIVOS

GERAL

Analisar as determinações históricas envolvidas no debate sobre capitalismo, educação e diversidade sexual a fim de apontar o avanço conservador no que tange a temática na atualidade.

ESPECÍFICOS

- Demonstrar as determinações históricas e estruturais do modo de produção capitalista que levam à negação da diversidade humana e sexual;
- Demonstrar a relevância social da inserção da educação sexual e do debate sobre a diversidade humana no âmbito educacional;
- Analisar os posicionamentos em relação à proposta da Escola sem Homofobia a partir de reportagens publicadas on-line nos sites mais visitados na internet;

1.3 METODOLOGIA

Com base na reflexão apresentada, acreditamos que é a tradição marxista que melhor contribuirá para a apreensão da sociedade em que vivemos (com foco na educação sexual) baseada nas relações de trabalho dentro da lógica do sistema do capital.

A utilização da teoria social de Marx auxilia na compreensão da estrutura da educação nos moldes desse modo de produção e das características que o objeto dispõe dentro dessa realidade na contemporaneidade. Portanto, o método materialista supõe uma análise da sociedade materialista do desenvolvimento humano, tendo em vista que os sujeitos estão inseridos em processos sociais históricos e dialéticos, entendendo aqui, a educação e diversidade sexual, como parte da totalidade das relações sociais construídas historicamente.

Uma teoria social da sociedade burguesa, portanto, tem que possuir como fundamento análise teórica da produção das condições materiais da vida social. Este ponto de partida não expressa um juízo ou uma preferência pessoal do pesquisador: ele é uma exigência que decorre do próprio objeto de pesquisa - sua estrutura e dinâmicas só serão reproduzidas com veracidade no plano ideal a partir desse fundamento; o pesquisador só será fiel ao objeto se atender a tal imperativo (é evidente que o pesquisador é livre para encontrar e explorar outras vias de acesso ao objeto que e a sociedade e pode, inclusive, chegar a resultados interessantes; entre tanto tais resultados nunca permitirão articular uma teoria social que dê conta dos níveis decisivos e da dinâmica fundamental da sociedade burguesa) (NETTO, 2011, p. 48)

Como parte da metodologia desenvolvida, trata-se de pesquisa qualitativa – compreendendo a particularidade da diversidade sexual e educação na sociedade capitalista – de tipo pesquisa documental.

Realizamos uma pesquisa no Google digitando como palavra-chave: Cartilha Escola Sem Homofobia. A partir disso, selecionamos as reportagens que apareceram nos resultados das três primeiras páginas. Construímos uma tabela, com o levantamento das principais reportagens geradas na busca (deixando de fora apenas a cartilha que aparece como resultado de pesquisa e Power Points com o conteúdo da cartilha). As principais reportagens – mais acessadas – foram selecionadas para análise.

	SITE	ANO DE PUBLICAÇÃO	AUTOR	TÍTULO DA REPORTAGEM
1	Nova Escola	2015	Wellington Soares	Conheça o “Kit Gat” vetado pelo Governo Federal em 2011
2	O Globo	2011	Evandro Éboli	Diferentemente do divulgado, Kits Anti-Homofobia eram pra crianças de 11 anos
3	Gazeta do Povo	2018	Redação ^[1]	Kit Gay: O que é mito e o que é verdade
4	HUFFPOST	2017	Luiza Belloni	O que foi o “kit gay”, material escolar sobre homossexualidade criticado por Bolsonaro e Inês Brasil
5	Guia do Estudante	2017	Redação	MEC distribuirá kit anti-homofobia em escolas públicas no segundo semestre
6	Lado A	2018	Redação	Projeto Escola sem Homofobia era para Ensino Médio, comprova documento
7	Blog do Sakamoto	2015	Leandro Sakamoto	A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO NO KIT ESCOLA SEM HOMOFOBIA: O VERBOVISUAL COMO CATEGORIA DISCURSIVA EM “PROBABILIDADE”
8	El País	2018	Patrícia Figueiredo	Bolsonaro mente ao dizer que “kit gay” foi criado por Haddad
9	Exame	2018	Patrícia Figueiredo	Haddad não criou “Kit gay”
10	Jornal Opção	2018	Augusto Diniz	Quais são as 11 mentiras ditas por Bolsonaro sobre homofobia e “kit gay”
11	Carta	2018	Redação	Eleito, Bolsonaro insiste em fakenews

	Capital			sobre kit gay
12	Metrópoles	2018	Renan Melo Xavier	Bolsonaro reconhece ação violenta contra o “kit gay”
13	ECOS	s/d	Redação	Escola sem Homofobia
14	MSN	2018	Adriana Lohanna dos Santos	Escola sem Homofobia
15	UOL	2011	Redação	Kit Escola sem Homofobia
16	Diário do Centro do Mundo	2018	Redação	O que você precisa saber sobre o “kit gay”
17	Revista Ponto Com	2011	Redação	Kit anti-homofobia: censurado

[1] Quando referenciado na tabela autoria redação é devido ao fato de que foi referenciado assim nas páginas procuradas ou pela ausência de autor indicado no texto.

Posteriormente, foi realizada a descrição destas, o posicionamento de cada revista perante a temática e uma construção a partir do conteúdo delas que visa desmistificar as falácias em torno da cartilha e compreender o debate em torno dela, suas implicações políticas e econômicas – e, para analisarmos o objeto deste trabalho em determinado tempo e espaço, especificamente no capitalismo, tendo em vista que os documentos analisados são parte de uma investigação da realidade e importantes para compreender a relação educação/sociedade/diversidade sexual em suas várias determinações.

Comprometemos-nos a fazer um trabalho de qualidade que analisasse, de forma crítica, o objeto estudado, com um posicionamento em favor da justiça social e o incentivo ao respeito à diversidade, conforme prevê os artigos fundamentais do Código de Ética do Serviço Social.

Este trabalho foi organizado da seguinte forma: Introdutoriamente, um aparato geral do objeto escolhido e a justificativa da escolha deste objeto, a partir da problematização teórica do mesmo. Posteriormente, foi elaborado no primeiro capítulo uma reflexão a respeito da educação, sexualidade e a diversidade humana no capitalismo, suas determinações históricas e sociais. No segundo capítulo, foi abordado o conservadorismo e suas expressões na sociedade vinculadas a educação sexual, a diversidade sexual e o debate mais recente sobre a escola sem homofobia. Foi realizado um aparato geral das informações contidas em cada reportagem sobre a temática, seguidas de uma análise dos dados contidos nelas. Por fim, as conclusões.

2. EDUCAÇÃO, SEXUALIDADE E DIVERSIDADE HUMANA NO CAPITALISMO.

O objetivo deste capítulo consiste em resgatar elementos que possibilitem a compreensão da sociabilidade na ordem do capital e como esta define as relações sociais desiguais. Inicialmente, abordando uma perspectiva de totalidade – a sociedade capitalista e sua estrutura – para que se compreenda a particularidade que a educação e a sexualidade assumem no capitalismo, esta última, entendida aqui como parte da diversidade humana.

Compreendemos que o trabalho é central como ponto de partida para a presente discussão, utilizando o legado marxista para conduzir a análise. O Trabalho (ato precursor do ser social) é uma categoria necessária para assegurar a reprodução dos homens, e é entendido como uma articulação entre teleologia, que

seria a capacidade de projetar uma finalidade para uma ação, e causalidade, a realidade natural, que se objetiva em um produto, sendo, portanto, uma atividade na qual o ser humano emprega sua força para produzir os meios para a satisfação de suas necessidades de sobrevivência, usando de, primeiramente, reflexão sobre a forma como produzir, ou seja, o planejamento, e, assim, construção dos meios para que se chegue ao objetivo concreto.

Dessa forma, os sujeitos, para suprir suas necessidades de sobrevivência (alimentação, fogo, etc.) precisaram transformar a natureza, na formentação de ferramentas que possibilitem a supressão de tais necessidades; o trabalho, portanto, sendo entendido como ato precursor do ser social – em cada característica que o trabalho assume no desenvolvimento histórico da sociedade é possível compreender como esta se estrutura e a reprodução da sociabilidade –, tendo em vista que assim, é superada a esfera biológica. Primeiro se observa a realidade e então a transforma para a sua sobrevivência. Quando se suprem algumas necessidades básicas para a reprodução da vida, outras vão surgindo. E com o desenvolvimento das formas de transformar a natureza para aquilo que se carecem os sujeitos, há a vinculação com o desenvolvimento do ser social, já que um não pode existir sem o outro.

A categoria trabalho configura o salto ontológico do homem do ser natural para o ser social, categoria essa relativa ao trabalho criador de valores de uso, e não o de valores de troca, mediado pelo mercado, tendo em vista que não intenta a supressão de necessidades de sobrevivência, e sim a reprodução do modo de produção capitalista. O trabalho, portanto, é uma categoria ineliminável do ser social, por mediar a relação homem-natureza, relação humana essencial.

Assim se desenvolvem as forças produtivas e a reprodução social, tornando possível em cada momento histórico apreender como se organiza a sociedade e os indivíduos por meio do trabalho. Tal entendimento sinaliza para a relação entre indivíduo e trabalho, onde os sujeitos desenvolvem a singularidade, formando personalidade e consciência. Os elementos que nos possibilitam compreender a diversidade humana estão associados à individualidade e personalidade, que se manifestam a partir do desenvolvimento das capacidades dos homens durante a história. Quanto maior o grau de desenvolvimento das forças produtivas, maior é o desenvolvimento das capacidades humanas, se afastando cada vez mais das

barreiras naturais/biológicas, complexificando a personalidade e os indivíduos (CISNE; SANTOS, 2018).

É por meio do trabalho que os sujeitos desenvolvem a si mesmo, a totalidade social, bem como as relações sociais. É, portanto, por meio do incremento das forças produtivas que os indivíduos ampliam suas capacidades humanas, mediante a projeção de ideias para enfrentar e escolher entre possibilidades de soluções de problemas derivados da objetivação do trabalho; ao dar respostas a problemas, mediante finitas possibilidades os sujeitos superam a existência como categoria humana, individualizando-se. Quanto mais desenvolvidas são as forças produtivas, novas necessidades vão surgindo, e os indivíduos se complexificando, expandindo a personalidade, estabelecendo relações de reciprocidade. Assim, temos o entendimento de que a divisão do trabalho, própria da sociedade capitalista, constitui a concepção do desenvolvimento da individualidade, entrando em contato com outras pessoas, e a partir do avanço no mundo do trabalho, aprimora suas habilidades decorrentes de escolhas feitas entre alternativas.

Por meio das conquistas produzidas no trabalho, a objetivação assume o momento decisivo da sociabilidade que avança com novas descobertas, enquanto por meio da exteriorização tem origem a individualização, momento em que os indivíduos desenvolvem novas necessidades, refinam as capacidades humanas e desse modo individualizam-se e fazem florescer a personalidade, que 'com toda a sua problemática é uma categoria social'. As alienações assumem a função de bloquear a individualidade ao plano do em si (CISNE; SANTOS, 2018, p.34).

No processo de individualização, estes ampliam sua consciência de classe ao experienciar situações contraditórias e ao realizarem questionamentos, se conscientizando, e assim despertam consciência de classe buscando a reciprocidade pautada na igualdade. Reciprocidade esta que se materializa considerando as particularidades da divisão social do trabalho e da propriedade privada, condições desiguais próprias deste modo de produção, e quando absorvidas pelo trabalhador essas circunstâncias, estimulam a resistência, os movimentos sociais e as lutas de classes. Dentre as desigualdades econômicas e sociais que permeiam o capitalismo, as relações de gênero merecem destaque nesta reflexão. A sociabilidade vigente – mas não exclusivamente – impõem as mulheres a dominação masculina, fazendo-se presente nas relações sociais.

Portanto, há o patriarcado, como um dos mecanismos de opressão e exploração do ser social, particularmente das mulheres, para a reprodução do modo de produção capitalista. Da mesma forma em que a alienação e a individualização dos homens constituem pilares necessários para o funcionamento do capitalismo, essencialmente desigual, o patriarcado também é um mecanismo de opressão e fundamental para o funcionamento do modo de produção capitalista em sua totalidade. Isso porque, as desigualdades permeadas na sociedade atual, por mais que ocorram em áreas distintas, estão interligadas pelo propósito único da sociedade capitalista, isto é, o de manter os opressores e oprimidos em seus respectivos “lugares” na sociedade.

Por mais que o patriarcado tenha se manifestado em outras formas de sociabilidade, assim como a alienação e individualização, no capitalismo essas questões são acentuadas e naturalizadas. Todo esse debate está articulado dentro da totalidade de opressão da sociedade capitalista e se fazem necessárias para que se compreenda a vida social, e é relevante para que possamos construir uma análise que vise destrinchar o papel das desigualdades tendo em vista sua contribuição para a sociedade capitalista. Tais pressupostos apresentados acima contribuem para entendermos como o patriarcado inferioriza tudo que é associado ao feminino, como travestis e mulheres transexuais, definindo de forma rigorosa como o feminino e masculino devem ser. Explica também a existência de um controle sobre o corpo e a sexualidade, onde as mulheres são consideradas frágeis e os homens viris, com o intuito de dominar os filhos, que constituem força de trabalho, e garantem a permanência da propriedade por viéis da herança.

Um mecanismo utilizado pela classe burguesa para a reprodução dos seus interesses, bem como “evitar” os conflitos sociais que derivam dela (como a luta pela igualdade de gênero, por exemplo), é a alienação dos sujeitos, necessária para a reprodução deste modo de produção, que tende a ser um entrave na personalidade. A alienação como um dos instrumentos para a opressão do ser, que reprimido das suas potencialidades, não contribui para que se almeje, no horizonte as possibilidades para a saída daquele modelo de vida e de reproduzir a vida, contribuindo para a continuidade deste ciclo, que é justamente o ponto da classe opressora, não tendo em sua perspectiva a totalidade do ser, mas seus interesses e

meios particulares para sobrevivência. No momento em que a sociedade se desenvolve o suficiente para que a supressão das necessidades básicas de sobrevivência sejam superadas, surgem outras necessidades a serem supridas, desenvolvendo assim a personalidade individual, como também a individualidade como um todo.

Seguindo o pressuposto de que há uma totalidade permeada por diversas determinações que se relacionam, para que possamos enriquecer esta análise é preciso que se compreenda os fundamentos da sociedade capitalista, a ideia de patriarcado, as pautas feministas e o debate da educação no intuito de conseguir chegar ao ponto que pretendemos que é o da negação da diversidade humana pela sociedade capitalista como parte fundante de sua estrutura. Tanto a alienação, quanto a dominação sobre o feminino fazem parte desse complexo de violência e supressão do ser social.

Nas palavras de SANTOS (2011), “o patriarcado transformou as mulheres em ‘objetos de satisfação sexual dos homens, produtoras de herança, de força de trabalho e novas reprodutoras” apud SAFIOTTI (2014, p/ 105), e além disso, há a imposição da heterossexualidade, definindo o que é “socialmente aceitável”. Os processos de dominação citados assentam o controle para assegurar a exploração/opressão em todas as suas determinações. E é um mecanismo essencial para a reprodução das desigualdades, aspecto indispensável na lógica deste modo de produção.

Nessa direção, a monogamia, mecanismo que visa o controle da sexualidade, deriva da quebra as tradições igualitárias previamente estabelecidas, com o advento do acúmulo de mercadorias produzidas e a apropriação delas por um grupo, é um mecanismo necessário que viabilizaria a desigualdade, processo induzido por meio da violência e em virtude da exploração entre homens e mulheres.

O controle sobre a sexualidade da mulher passa a ser construído, ao passo que aos homens se estimula a total liberdade sexual. Nas palavras de Lessa (2012, p. 32) ‘Na mesma proporção em que à mulher é negado o direito ao prazer, aos homens é requerida uma volúpia incontrolável’. Nesse sentido, a monogamia nunca foi condição para os homens. Esse fato denuncia que seu fundamento não é uma questão moral. Se assim o fosse, seria estendida aos homens. [...] Esse modelo de sistema familiar monogâmico é absolutamente funcional para oferecer à classe dominante ‘a forma mais barata possível para a reprodução de novas gerações de trabalhadores’ (Waters, 1979, p.86). Por isso, segundo Waters, ‘este sistema serve perfeitamente para maximizar a acumulação privada de

riqueza social, e para perpetuar a opressão da mulher'. Para tanto, há construção do masculino como dominante (CISNE; SANTOS, 2018, p. 69).

A construção da família monogâmica serve ao propósito de ensinar aos filhos o seu lugar na sociedade e a não questionar a estrutura social vigente, no intuito de internalizar a ideia de classe e de valores, perpetuando a dominação das mulheres pela organização da família, que tem a mulher como realizadora de serviços domésticos não remunerados, dentre outros. Mesmo em serviços remunerados, é direcionado a mulheres serviços domésticos, cuidado com idosos e crianças.

A divisão sexual do trabalho é um ponto essencial no debate do patriarcado, ambos mais do que mera casualidade ou acontecimento natural na sociedade, foram socialmente construídos e moldadas para que aconteça de tal forma. Cisne e Santos (2018) abordam dois pilares inalteráveis na divisão sexual do trabalho: primeiro, a hierarquia, acarretando que mulheres recebam salários assimétricos aos dos homens; segundo a distinção entre trabalho feminino e masculino, no intuito de reproduzir e preservar as desigualdades entre os sexos e a dominação da mulher.

A divisão sexual do trabalho possui um enraizamento tão presente nas relações sociais e com um significativo poder ideológico de parecer natural que se espraia desde a infância, por meio de uma divisão sexual dos brinquedos e brincadeiras, passando pela organização e gestão da força de trabalho, e ainda, na divisão sexual da política e do poder. Essas divisões estão vinculadas a “sexuação social” (construção histórica do sexo e da sexualidade) que encontra apoio na divisão sexual do trabalho e na categorização dos sexos, tendo a divisão entre público e privado como uma determinação importante (Devreux, 2011). Em outras palavras, “cada vez que há a divisão sexual do trabalho ou do poder, há a criação e reiteração de categorizações sexuadas” (Devreux, 2011, p. 13) (CISNE; SANTOS, 2018, p.65).

Essa divisão fortalece o entendimento do que é feminino e masculino, reforçando as desigualdades e contribuindo para a sua naturalização. A divisão sexual do trabalho direciona, também, os lugares de trabalho LGBT, “condenando” homossexuais a profissões onde ser gay é aceitável. Fora do que a autora denomina de “zona de tolerância”, muitos se submetem a determinados empregos para serem aceitos. Empregos considerados femininos, e, portanto, desvalorizados. Outro elemento importante a se destacar é a exploração das mulheres pelas mulheres,

onde a divisão racial do trabalho constitui a discriminação sofrida pela população negra, a mulher negra se encontrando na pior escala social³.

Em suma, a exploração do trabalho e a propriedade privada, numa sociedade onde todos produzem, mas uma pequena parcela detém os bens produzidos, e há conseqüentemente uma divisão entre aqueles com poderes políticos e econômicos e os que vendem a força de trabalho, numa sociabilidade permeada pela desigualdade e que necessita dela para a sua reprodução, as diferenças e a diversidade próprias dos sujeitos são *transformadas em assimetria ao padronizado*, e definem as relações sociais e a condição de vida dos indivíduos. As relações de produção determinam os pilares das relações sociais, e em uma sociedade capitalista, a diversidade humana é tida como anormal e transformada em desigualdades sociais no cotidiano.

Um negro não ter valor significa poder escravizá-lo. Da mesma forma, quando analisamos a ideologia patriarcal e suas bases materiais, chegamos a conclusão de que a desvalorização e a coisificação da mulher também atendem aos interesses de exploração. Isso ocorre tanto no campo do trabalho remunerado (por possuir uma força de trabalho mais barata, por tanto, gerar mais lucros), quanto por meio da garantia de grande parte das condições de existência da força de trabalho, por intermédio do trabalho reprodutivo antropológico das mulheres, geralmente, não remunerado por ser considerada obrigação “natural” feminina (CISNE; SANTOS, 2018, p. 76).

Tais apontamentos nos levam a conclusão de que, enquanto vivermos em uma sociedade dividida em classes sociais, a emancipação dos sujeitos não se torna possível dentro dessa ordem, bem como enquanto houver o patriarcado e o racismo, esta também não se concretiza. É necessária a emancipação humana que abarque ambas dimensões para que se torne viável uma sociedade igualitária.

Trabalhando-se a ideia de que a sociedade é composta por diversas dimensões complexas – O econômico, social, cultural, familiar – que se relacionam, interagem e determinam-se uns aos outros em um complexo dinâmico de articulação históricas, Mézáros (2002) aborda algumas questões centrais que o autor define como igualdade substantiva, a partir da ideia de processos reguladores dos relacionamentos humanos.

³ Relatório da UNESCO, realizado de 2017, mostra que ser mulher negra dobra o risco de morte. Uma negra corre 2,2 mais riscos de morrer do que mulher branca no Brasil. Disponível em: <<https://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-472079-relatorio-da--unesco-mostra-que-ser-mulher-negra-no-brasil-dobra-risco-de-morte.html>> Acesso em: 17-06-2019.

O macrocosmo⁴, segundo o autor, é definido como o sistema total do capital, a sociedade em sua totalidade, e o microcosmo⁵ seriam as instituições no interior dessa sociedade, como a família e as escolas. Segundo Mészáros a regulamentação economicamente sustentável da vida, é afetada pela estrutura social, da mesma forma que afetam a articulação do processo que denomina de sociometabólico. Dessa forma, abre um debate no que tange a forma como a sociedade capitalista se estrutura, com pilares hierárquicos, contrários as definições de igualdade, regulando as relações sociais entre os sujeitos tal como conduz o processo de trabalho, até mesmos nas menores microestruturas ou microcosmos, como por exemplo, a família.

Ou seja, enquanto as relações não forem espontaneamente medidas pelos próprios sujeitos, de maneira independente, não se é possível pensar em uma sociedade livre e emancipada. Argumentação válida para a contemporaneidade, onde os valores da “família tradicional brasileira”, por exemplo, são exaltados pela burguesia conservadora justamente com esse objetivo: *manutenção da ordem societária hierárquica construída até então, própria do sistema capitalista, que “exige” a subordinação dos sujeitos, cada qual “no seu devido lugar”⁶*. De acordo com Mészáros (2002), pode-se medir o desenvolvimento humano pela relação das pessoas interagindo em verdadeira igualdade, e, portanto, não avançamos muito em

⁴ “Portanto, se os imperativos alienantes do sistema estabelecido da reprodução econômica exigem um controle social discriminatório e hierárquico, afinado com o princípio antagonista estruturador da sociedade, e o correspondente modo de administrar o processo do trabalho, o “macrocosmo” abrangente desse tipo encontrará seu equivalente em todos os níveis do intercâmbio humano, até mesmo nas menores “microestruturas” ou “microcosmos” da reprodução e do consumo habitualmente teorizados sob o nome de família” (MÉSZÁROS, 2002, s/p).

⁵ “Seria um milagre se o “microcosmo” do sistema do capital fosse ordenado segundo o princípio da igualdade real. Em seu conjunto, esse sistema não pode se manter sem reproduzir, com sucesso e de maneira constante, as relações de poder historicamente específicas pelas quais a função de controle se encontra radicalmente separada da, e de maneira autoritária imposta sobre a, força de trabalho pelas personificações do capital, mesmo nas variedades pós-capitalistas do sistema” (MÉSZÁROS, 2002).

⁶ O atual Presidente da República (2019) no Brasil, Jair Bolsonaro, tem como discurso a defesa dos valores tradicionais e da família, com o slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, tendo a família como lema, na defesa dos costumes institucionalizados, condenando tudo àquilo que é diferente. Após sua candidatura, têm-se a criação do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, que conta como Ministra a pastora Damares Alves (PR-ES), que, em entrevistas oficiais, promete um pacto pela infância, onde meninos usem azul e meninas rosa, manifestando recortes patriarcais e religiosos do padrão hétero-normativo, seguindo a lógica do governo atual, extremamente tradicional, conservador e moralista, expressão da classe dominante na busca da perpetuação das desigualdades estruturais.

milhares de anos, apesar de que, no aspecto da produção material, termos avançado grandemente.

Em termos de igualdade, é inviável pensá-la sobre os moldes capitalistas, tendo posto que é inerente ao capital que a sociedade se estruture de forma desigual. Os movimentos sociais atuais – com ressalvas – lutam e debatem sobre a busca pela igualdade dos sujeitos no sistema vigente, contudo, as relações de poder construídas historicamente, inviabilizam a igualdade entre os sujeitos uma vez que esta separa os produtores do poder e de seu produto.

As reivindicações, a grosso modo, “separam” as causas sociais do sistema capitalista, causando a impressão de que são problemas sociais, dos sujeitos, e não determinados pela estrutura da sociedade, tampouco como uma imposição desta para sua reprodução e funcionamento. Para que exista igualdade dentro desse sistema seria necessária uma completa reestruturação socioeconômica, e como o autor aborda, seria uma *violação da lógica, uma inversão nas relações existentes*.

Os fundamentos capitalistas impõem que os microcosmos (Família/Educação) não podem funcionar a partir do princípio da igualdade. “[...] O menor de todos os ‘microcosmos’ da reprodução deve sempre proporcionar sua participação no exercício global das funções sociometabólicas, que não incluem apenas a reprodução biológica da espécie e a transmissão ordenada da propriedade de uma geração a outra” (Mészáros, 2002, P.270).

Se a iníqua estrutura de comando fosse especificamente a causa dos antagonismos estruturais, eles poderiam, em princípio, ser resolvidos com a alteração esclarecida dessa mesma estrutura, mantendo-se todo o seu quadro de reprodução. Não poderia haver violação mais absurda da lógica do que a inversão das relações causais existentes - para se viabilizar a capacidade do sistema de introduzir todos os aperfeiçoamentos desejáveis nesse ‘macrocosmo’ com a premissa inalterável da manutenção das relações de poder material da subordinação estrutural do trabalho ao capital, sempre reforçadas pela estrutura de comando inevitavelmente hierárquica (e, portanto, impossível de ser reformada em qualquer sentido) (MÉSZÁROS, 2002, p. 269).

Tendo isso posto, o *momento predominante da família* na ordem do capital consiste na perpetuação do sistema de valores, ou seja, a internalização dos valores da classe dominante, que não contesta este sistema, delimitando o que é aceitável e padrão, marginalizando aqueles que não se confirmam com as delimitações impostas. A hierarquia inerente estabelece a relação na família como autoritária devido as funções que lhe são atribuídas em sociedade, pois, caso contrário, estaria

em contraposição ao modo de produção capitalista, desafiando a própria sobrevivência, e assim, reproduz e orienta os sujeitos por meio de seus valores, que são passados de geração a geração, por meio da internalização desses valores.

Mészáros (2002) afirma que o papel mais importante atribuído a família na sociedade capitalista é o de internalização de valores para que não se conteste o mesmo, em uma ideia de subordinação, e temos novamente, o conceito de família tradicional a ser seguido, tendo tudo que foge dessa normalidade imposta considerado erradico.

Fato interessante e concreto na argumentação de Mészáros (2002) é sobre quando há entraves no processo de produção, sempre se recorre a uma mudança nos valores estabelecidos no sentido de culpar as famílias pelas perturbações da estrutura, resgatando valores tradicionais, muitas vezes por meio do sistema legislativo, por exemplo. Cabe chamar atenção para o fato de que quando pensamos esse argumento na realidade brasileira, a exemplo dos cortes realizados pelo governo na seguridade social, como a PEC 241 EC 95 de congelamento de gastos, que prevê o congelamento de gastos públicos durante 20 anos, apelidada de “PEC do Fim do Mundo”, além de estar em tramitação o aumento de tempo trabalhado para se aposentar, e no valor recebido por estes e nos auxílios recebidos – como auxílio doença.

Seguindo a lógica abordada por Mészáros (2002), o corte no direito à seguridade social desloca a responsabilidade do Estado para as famílias. Ou seja, os cortes na seguridade social transferem para as famílias a responsabilização pela proteção, no sentido de prevenir situações de ausência de necessidades básicas, sendo o familismo (responsabilidade da família pelo bem-estar social) algo comum em nossa formação histórica. Sendo a família transmissora de valores burgueses e parte do processo de internalização de classes, alienada pela própria lógica do capital, valendo também ressaltar que quando o Estado sugere que a seguridade social é uma despesa que pode ser reduzida, a população oprimida “paga o preço” pela crise do capital, resgatando os valores tradicionais para a permanência da instituída normalidade aceitável.

A igualdade ideológica institucionalizada, no sentido de uma igualdade de oportunidades entre todos os sujeitos disseminados pela burguesia, é um de seus fundamentos, fortalecendo a ideia de meritocracia, num mundo onde teoricamente

todos nascem com as mesmas oportunidades, garantindo um ideal que legitima as desigualdades na educação (importantes para que se concretize a desigualdade em ampla escala) como na questão salarial, que mesmo com a entrada das mulheres no mercado de trabalho durante o século XX, é imposto uma remuneração menor do que aos homens, além da dupla jornada enfrentada por esta, já que são atribuídos a ela os afazeres do lar.

Além de não constituir na sua emancipação de fato, e até as conquistas realizadas por elas, em momentos de crise, são boicotadas.

Tudo isso indica uma profunda crise que afeta todo processo de reprodução do sistema de valores do capital, prenunciando conflitos e batalhas, estando entre estes a luta pela emancipação das mulheres e sua demanda de igualdade significativa – um elemento de crucial importância. Como o modo de funcionamento do capital em todos os terrenos e todos os níveis de intercâmbio societário é absolutamente incompatível com a necessária afirmação prática da igualdade substantiva, a causa da emancipação das mulheres tende a permanecer não-integrável e no fundo irresistível, não importa quantas derrotas temporárias ainda tenha de sofrer quem luta por ela (MÉSZÁROS, 2002, p. 272).

Os elementos apresentados até aqui contribuem para pensarmos a educação já que Mézáros (2002) evidencia a relação entre os processos educacionais e sociais. Nessa direção, uma mudança na forma como a educação formal se estrutura só é realizável com a mudança das relações sociais, tendo em vista que, caso não haja uma reestruturação no quadro social, os ajustes feitos na educação seriam meras reparações em falhas estruturais.

A instituição do sistema educacional vem a servir os interesses do capital, no sentido de reproduzir os conhecimentos necessários a produção e garantir a mesma, excluindo alternativas a esse modo de vida, através do que Mézáros (2002) denomina de uma **internalização** ou de uma **dominação hierárquica institucionalizada**.

No decorrer da história, a educação sofre mudanças pelas exigências postas pela lógica do capital em seu desenvolvimento. A força como instrumento de dominação, que anteriormente era aprovada, é renegada - não por motivos humanitários - mas sim pelo método passar a ser considerado inútil, totalizando um processo que ocorre em diversos âmbitos sociais nessa lógica de produção. O intuito dessa dinâmica é que as pessoas tomem para si as finalidades de reprodução. O termo utilizado por Mézáros (2005) para descrever esse mecanismo

é o de internalização, que tem como propósito assegurar a lógica do capital, voltando a empregar a força em algum momento de crise extrema.

Nessa perspectiva, fica bastante claro que a educação formal não é uma força decisivamente primária que consolida o sistema do capital; **tampouco ela é capaz, por si só, fornecer uma alternativa emancipatória radical.** Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. Esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa – ou mesmo mera tolerância - de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa histórica do nosso tempo, ou seja, a tarefa de romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana, seria um milagre monumental. É por isso que, também no âmbito educacional, as soluções não podem ser formais, elas devem ser essenciais (MÉSZÁROS, 2008 p. 45, grifos nossos).

Pensemos a educação como um dos complexos sociais. Estes complexos intentam, em seu sentido ontológico, possibilitar determinadas posições teleológicas – que relacionam fato com sua causa – portanto, mediações para a relação ou troca entre a sociedade e a natureza. O complexo social da educação não realiza essa mediação, mas estão vinculadas. Macedo (2017) faz alguns apontamentos sobre os complexos sociais, sinalizando que quanto mais for desenvolvido o ser social, mais estes complexos ganham expressão e importância para a reprodução social.

Para que o trabalho e seus instrumentos se desenvolvam, é necessário uma atividade teleológica, e com seu desenvolvimento, as estas atividades se desenvolvem também. A partir do desenvolvimento humano (socialmente determinado, e que não é teleológico, tornando a educação sempre defasada), destaca-se o complexo da educação – e as transformações que ocorrem com a categoria são determinadas pelo desenvolvimento das forças produtivas –, que tem por objetivo atuar na direção da construção dos sujeitos como membro do gênero humano e assim mediar a reprodução social.

Macedo (2017) fala sobre como a “educação” dos animais é voltada aquilo que se é observado nos adultos e que se fazem essenciais para a sua reprodução e sobrevivência, enquanto a dos homens é voltada para capacitá-los a agir diante de situações inesperadas, ou seja, habilita os homens a agir de forma como é socialmente aceitável, e como essas situações são imprevisíveis, o processo de aprendizado nunca tem fim, sempre aprendendo novas habilidades e formas de se comportar.

Exatamente por se constituir num complexo social que capacita os homens com um arsenal não material que lhes permite reagir às situações futuras

que ocorrerão em sua vida, sendo uma atividade ativa e conscientemente posta, é que a educação expressa, em uma direção cada vez mais social, uma ampliação daquele salto ontológico que originou o ser social. Por isso, a peculiaridade de ser cada vez mais social, que caracteriza o ser social, é evidente no complexo da educação. É isso que justifica a rápida digressão que Lukács concede ao complexo da educação no capítulo da Reprodução de sua Ontologia. Essa capacidade de dotar o homem de um arsenal que lhe permita enfrentar ocorrências imprevisíveis representa uma ampliação constante do salto ontológico que possibilitou o surgimento do ser social (MACEDO, 2017, p. 91).

Aqui temos uma concepção de educação mais ampla que um entendimento resumido à educação formal. O autor nos mostra em sua obra duas manifestações do mesmo complexo da educação, que é a educação ampla, esta nunca concluída, e a educação estrita, que tende a ser.

Se diferenciam no sentido de que a educação em sentido amplo ocorre de forma teleológica, conscientemente implementada, enquanto a educação em sentido estrito ocorre de forma espontânea, mas ambas cumprem o mesmo papel social. Com o surgimento da escola, a educação em sentido estrito passa a ter um “fim”, já que se organiza em etapas (por mais que existam exceções do ensino formal na sociedade capitalista), e, portanto não é capaz de preparar os homens completamente, e, para que os homens apreendam algumas habilidades e comportamentos, originadas do trabalho e para que este se efetive, é necessário educar os sujeitos para realizarem funções e posturas de acordo com as necessidades de reprodução social que se apresentem em determinado momento histórico, por isso a importância da família.

Portanto, são necessárias para a reprodução do ser social a aquisição, a transmissão e a apreensão de um conjunto de conhecimentos. Por isso mesmo, a diversidade, a profundidade, a abrangência e o ritmo dessa apreensão de conhecimentos são determinados, em última instância, pelas necessidades impostas pela reprodução social. É exatamente dessas necessidades impostas pela reprodução social que se origina a educação em sentido mais estrito, donde a apreensão é organizada em “conteúdos, métodos e duração”, mesmo quando isso ocorre de maneira não formalizada, ou seja, quando ela acontece em espaços não escolares e não controlados pelo Estado. Era de modo não formal e sem o controle do Estado que a educação em sentido estrito ocorria nas comunidades primitivas (MACEDO, 2017, p.91).

A educação no sentido estrito tem características universais, enquanto a educação formal, própria da sociedade capitalista dividida em classes, se faz necessária para assegurar a reprodução social e reproduzir condições de desigualdades necessárias, e só deixará de existir quando a sociedade de classes antagônicas for extinta. A sociedade dividida em classes também divide o acesso à

educação e este complexo se apresenta como um mecanismo concreto utilizado pela classe dominante para reproduzir os processos de alienação já citados e para reforçar as formas de reprodução social, repassando aos sujeitos aquilo que “precisam” saber para dar continuidade ao sistema em voga.

É evidente que no início da socialidade essa “sistematização” não é conscientemente reconhecida pelos sujeitos que a põem, e que também ela não é senão um princípio que só bem mais para frente se desdobra em ações que envolvem um elevado nível de teorização. O que nos interessa aqui é a demonstração de que, mesmo neste estágio embrionário do ser social, o complexo da educação já se coloca como uma mediação para a constituição dos homens necessários à reprodução social, a partir de uma exigência do processo de trabalho. Esse complexo educativo já surge com as suas duas dimensões distintas, porém inseparáveis: a educação em sentido mais amplo e a educação em sentido mais estrito. Essas duas dimensões da educação são inelimináveis no ser social, pois elas são as formas pelas quais o complexo educativo exerce sua função social, ao contrário da escola ou educação formal, que é uma forma particular assumida pela educação em sentido estrito na sociedade de classes (MACEDO, 2017, p. 99).

A educação formal que, conforme apresentou o ator, é uma forma particular assumida pela educação em sentido estrito numa sociedade de classes, que vem sendo no Brasil objeto de disputas e demonstra o papel desse espaço e sua função social. Basta citarmos a “Escola sem Partido” e “Escola Livre”, entende-se que estes novos mecanismos têm impacto em todo âmbito educacional, e se constituem uma ameaça conservadora que ganha força, evidenciando o interesse da classe dominante em ter ainda mais controle sobre o processo educacional.

O atual presidente Jair Bolsonaro (PSL) discursa contra o atual modelo educacional, que sob a sua perspectiva e discurso, têm-se como orientação nas escolas o “kit gay”, referência ao caderno “escola sem homofobia”, que, de acordo com o Presidente, estimularia a sexualidade dos alunos em idade precoce, “incentivando” a homossexualidade.

Além disso, há um ataque recorrente da classe conservadora aos conteúdos aplicados nas escolas, supostamente marxistas pelo seu caráter histórico, mostrando a realidade social dos sujeitos com o passar dos anos de forma real, sem cultivar supostos heróis. O projeto “Escola livre” que defende ideais de neutralidade didática (ideológica, política e religiosa) estabelece uma ofensiva conservadora com um discurso teoricamente democrático, legitimado pelo Estado.

Tudo isto atesta que estamos em meio a uma avalanche conservadora de combate à liberdade de expressão, apesar do discurso em defesa da democracia, configurando a imposição de um pensamento único defendido

pelo Estado parlamentar que, usufruindo de seu poder institucional, comete uma ação inconstitucional, conforme análise conclusiva de Othoniel Pinheiro Neto, estudioso da área jurídica: “Há sim, inúmeras imposições excessivas e arbitrárias (inconstitucionais) à liberdade de ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber (art. 206, II, da Constituição Federal)” (BERTOLDO, 2017, p. 143).

A intenção da burguesia em uma educação ainda mais conservadora é fazer com que os sujeitos não desenvolvam pensamento crítico, para que essa forma de sociabilidade não seja questionada, e sim internalizada passivamente. Como já abordado nesse capítulo, a neutralidade do Estado não é real: este serve ao interesse burguês de reprodução do capitalista e exploração da classe trabalhadora – não se limitando a isso – e não é uma instituição externa a sociedade.

Primeiro que a ideia de uma escola livre de ideologias marxistas num discurso que diz considerar importante para a educação dos alunos a neutralidade para terem acesso a diversas concepções de mundo já demonstra que é uma neutralidade falsa, na intenção de preservar valores dominantes na sociedade, tendo em vista que para se ter uma educação que estuda diversas formas de ver o mundo, não se pode limitar conteúdos, sendo necessária para uma consciência crítica da realidade um estudo teórico amplo.

Nesse sentido, como é impossível a escola não transmitir valores distintos, já que é um espaço de formação e é importante que diversas perspectivas sejam analisadas, pois são produtos de uma sociedade antagônica, portanto, tem conteúdos distintos a serem estudados, e na sociedade contemporânea, são os ideais burgueses a serem disseminados.

Em resumo, exigir que na escola não sejam disseminadas as concepções que historicamente vão se desenvolvendo é no mínimo ignorar a função da educação na sociedade. E não há como escapar desta função ontológica, pois alunos e professores não vão à escola para produzir bens materiais necessárias à sociedade, como alimentos, transportes, vestuários, casas, carros, entre outros. Na escola se dá a efetivação de outro tipo de atividade: **ela está voltada para a formação de valores, de ideias, de comportamentos** (BERTOLDO, 2017, p. 155, grifos nossos).

Tendo isso posto, a questão principal nesse debate sobre a forma como a sexualidade e o sistema educacional aparecem na sociedade capitalista é compreender as bases históricas que levam a sexualidade e a educação a se apresentarem nessa configuração na sociedade. Para que possamos discutir ambas, é preciso um resgate histórico que sinalize as problemáticas abordadas nesse trabalho. A complexidade da educação cumpre seu papel – como toda

instituição de poder – para a manutenção da ordem hierárquica: a de internalização de classe, não permitindo uma transformação na sociedade, já que ensina aquilo que é importante para a reprodução do capital. Vale destacar que a educação pode contribuir para o processo de construção crítica da realidade do ser social e cumprir papéis de extrema importância na sociedade, mas os seus moldes nessa sociabilidade são vantajosos para a classe dominante.

3. A OFENSIVA CONSERVADORA SOB A CAPA DE UM DISCURSO DEMOCRÁTICO

A exposição feita anteriormente no decorrer do trabalho expõe, de forma clara e sucinta, as determinações políticas, econômicas e sociais do conservadorismo de forma objetiva, derivado de fenômenos, majoritariamente, materiais e ontológicos (que investiga a natureza da realidade). As referências usadas para explicarem o conservadorismo como sistema de ideias visa expressar este conteúdo na forma em que se exponha um recorte do conservadorismo como parte do antagonismo de classes específicos expresso na sociedade burguesa.

Nessa direção, nosso objetivo no presente capítulo é apresentarmos um breve resgate histórico do que entendemos pelo pensamento conservador, clássico e moderno. Em seguida, discutiremos a proposta da Escola sem Homofobia equivocadamente conhecida como “kit gay”. Por último, apresentaremos as reportagens *on-line*, que tratam sobre a temática, mais acessadas na internet. Antes de retomar ao debate mais aprofundado da Educação Sexual, objetivo do trabalho em questão, fez-se necessária uma análise do conservadorismo. Este capítulo intenciona ser estruturado de forma que, inicialmente, compreendemos a historicidade do conservadorismo e suas implicações na sociedade capitalista. Para tanto, partimos para as medidas concretas existentes na sociedade brasileira para a efetivação do projeto de Educação Sexual.

3.1. CONSERVADORISMO: ELEMENTOS CLÁSSICOS E MODERNOS PARA SUA CARACTERIZAÇÃO.

O conservadorismo e sua conceituação sofreram transformações a partir do desenvolvimento histórico da sociedade capitalista, recebendo qualificações como “conservadorismo tradicional” e “neoconservadorismo”. O termo conservadorismo passa a ser utilizado e tem seu marco no período após a Revolução Francesa, sendo este ***específico da sociedade burguesa***, havendo um consenso entre os pensadores que debatem sobre o conceito de conservadorismo sobre seu surgimento. Nesse sentido, é necessário que se compreenda que essa vertente não é atemporal, não sendo reconhecida em toda e qualquer sociedade, é uma expressão do capitalismo. Utilizando como referência para o debate do conservadorismo, Escorsim Netto (2011) discorre sobre as mudanças estruturais ocorridas na sociedade a partir da Revolução Industrial, que acarretou mais do que mudanças materiais e na produção, conquistando hegemonia social, que transforma as tradições antes dominantes, como, por exemplo, a reforma política.

O conservadorismo, portanto, tem como referência esse período histórico, e busca defender os interesses da classe privilegiada (neste momento, o clero e a nobreza), mas com a consolidação do modo de produção capitalista, a proposta se torna irrealizável. Diante desse movimento, a burguesia procura a manutenção da ordem então instaurada. O conservadorismo em suas primeiras manifestações pode

ser caracterizado por anti-burguês, sendo o pensamento **conservador moderno** contra revolucionário: contra qualquer revolução que altere a sociabilidade vigente, sendo anti-proletária, devido a ameaça socialista, ou seja, se antes lutava-se contra os avanços capitalistas e as mudanças econômicas, sociais e políticas acarretadas por ele, agora, a ideologia é usada a seu favor, para a preservação de seus interesses, afetando, além de sua aplicabilidade, também seus fundamentos teóricos, se apresentando como ciência social.

Apresenta-se como um mecanismo de suporte ideológico burguês, tendo em vista um afastamento com os aspectos históricos, políticos e econômicos da vida social, sendo utilizado para legitimar seus interesses com bases científicas específicas, construindo um material que favorece o controle burguês, configurando o pensamento conservador pós-48. Uma característica destacada pela autora em seu livro é a da importância da família no pensamento conservador, sendo essa transmissora de heranças, preservando as propriedades, tendo importante papel econômico, como também a tradição moral que é passada aos descendentes, e a mediação entre indivíduo e sociedade que a família articula: *visando, assim, resguardar os papéis sociais*.

Podemos, à guisa de síntese provisória, considerar que o pensamento conservador, em seu período clássico – que cobre da Revolução Francesa (1789) à Primeira Guerra Mundial (1914) –, como importante e complexa vertente ídeo-político-cultural, avançou da recusa da ordem social construída pela burguesia revolucionária para uma atitude de defesa da ordem burguesa consolidada (mas ameaçada pelo movimento operário revolucionário) (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 69).

Em articulação a Escorsim (2011), Souza (2015) inicia uma argumentação acerca do conservadorismo clássico – originado na sociedade de classes e surge como resposta a ela – caracterizada, como dito introdutoriamente, por uma reação aos avanços sociais, e utiliza como referência a esse posicionamento ideológico em sua obra, Edmund Burke (1790) e a crítica à revolução, expressando o pensamento conservador, sendo considerado o fundador do conservadorismo clássico.

Burke acreditava ser a revolução da sociedade um fato ilusório, bem como a igualdade entre todos os homens e mulheres, além de afirmar ser a revolução um momento de decadência, que destruiria as tradições, significando uma desordem social. Considerava a Revolução Francesa inútil e violenta, tendo em vista que seus protagonistas eram a população, sendo o intuito de uma revolução preservar os

valores tradicionais de uma sociedade. Ambos autores abordam o conservadorismo moderno como antiburguês, buscando resgatar valores tradicionais da forma de sociabilidade previamente estabelecida, sendo este pensamento uniforme entre seus defensores.

O que Burke (1790) repudia não é o sistema capitalista em si, mas sim a modernidade, é a mudança política e de valores institucionais hierárquicos tradicionalistas. Como um conservador clássico, seu objetivo era o de preservar a sociedade inglesa pré-capitalista, sendo ele próprio um monarquista, negando a democracia, dizendo ser necessária a manutenção da hierarquia. Como fundador do conservadorismo clássico, Burke discorre sobre como o Estado e a sociedade são de ordem divina, bem como a desigualdade e a propriedade privada, naturalizando as relações de opressão, sendo outra forma de sociabilidade “inviável”.

É possível concluir, com base nesses argumentos do autor, que ele anseia por uma “revolução sem revolução”, ou seja, mudanças “pelo alto”, localizadas e específicas, que sirvam para preservar as tradições já estabelecidas e sejam conduzidas por uma distinta parcela da sociedade: os proprietários. Adicionalmente, essas mudanças deveriam ser realizadas com absoluto distanciamento dos componentes insurrecional e popular, o que exclui também os anseios por democracia e a noção de luta por direitos (SOUZA, 2016, p. 370).

A importância da análise do conservadorismo se faz essencial nesse trabalho para uma análise da totalidade da sociedade atual, fazendo-se um resgate histórico do conservadorismo, vigente no capitalismo, que passa por alterações, mas preserva-se a ideologia dominante, que é a preservação do corpo social, usando de mecanismos e discursos para a manutenção deste, constituindo um parâmetro ideológico e político. A contribuição do debate do conservadorismo na análise do sistema educacional formal e da sexualidade se faz importante no sentido em que ambas vertentes sofrem impactos com o pensamento hegemônico burguês, disseminado pelo conservadorismo, tendo em vista que a hegemonia burguesa na sociedade capitalista visa uma uniformidade nos ideais apresentados para a preservação da exploração/opressão de classes.

Compreendendo a ideologia conservadora em seus aspectos históricos, políticos e econômicos, é possível que se compreenda as determinações estruturais da sociedade moderna a partir de uma perspectiva, mantendo em mente que o capitalismo possui toda uma estrutura de produção e reprodução da exploração/opressão.

Retomando ao debate histórico do conservadorismo, sua vertente clássica ganha dimensão científica quando é denominada de ciência social, por intermédio da sociologia, elevando valores tradicionais conservadores a conceitos, impulsionado e modificado pelo positivismo, aproximando-se do liberalismo, não mais sendo uma posição ideológica uniforme e não mais antiburguês, mas atendendo aos interesses destes. Pensadores ao analisarem e buscarem explicar as relações sociais, reformulam o pensamento conservador, demonstrando que as transformações ocorridas em sua gênese têm fundamento no desenvolvimento das **contradições** das forças produtivas e relações de produção, que derivam do acentuamento da crise do capital e do monopólio, impactando na luta de classe, já articulados anteriormente.

A partir de finais da década de 1910 até 1960-70 seria admissível supor como período de formação do pensamento conservador moderno. A partir daí, mudanças sensíveis ocorrem. Exponentes de distintas áreas do saber elaboram sistemas totalizantes de explicação da vida social. Ora enfatizando a política, ora a cultura, o interacionismo, a burocracia, a institucionalidade, a moral ou a filosofia, intelectuais de distintas áreas do saber reformulam, ampliam ou universalizam determinados temas centrais da tradição conservadora. Entretanto, frequentemente essa genealogia não é explicitada ou assumida abertamente. Na maior parte das vezes, essas intervenções preferem apresentar-se como relativas à moderna democracia política (burguesa). Tais sistemas imprimem, até a contemporaneidade, concepções de história e ciência antagônicas às que foram formuladas por Marx e pela melhor tradição marxista. Algumas delas foram conscientemente construídas para subsidiar alternativas teóricas ao marxismo (SOUZA, 2015, p. 5).

Uma das características principais do conservadorismo moderno é expressa no presentismo, que exclui a possibilidade de qualquer forma de sociabilidade diferente da burguesa, não negando mudanças na sociedade na forma como se apresenta. Por isso, intenciona ser um viés contrário as propostas revolucionárias. No Brasil, com sua particularidade história de país dependente, o conservadorismo adquire caráter próximo ao reacionário, que configura o ideal das classes dominantes brasileiras.

A partir destas concepções, o Estado e o mercado ganham papéis específicos. Como dito introdutoriamente, o conservadorismo clássico sugeria um ideal que negava a transformação da sociedade, buscando a permanência de valores pré-estabelecidos, não sendo diferente o conservadorismo moderno, que sugere a preservação dos preceitos da sociedade burguesa.

Souza (2015) utiliza de várias determinações que dão forma ao conservadorismo moderno, das quais citarei duas. Uma é a do individualismo, outra a do preconceito. Trabalharei esses conceitos já que o intuito deste capítulo é entender a forma como a sociedade contemporânea se configura – conservadora – impactando nas instituições existentes, como a educação, e na forma dos indivíduos se relacionarem, como a negação da diversidade humana por via destas intuições de poder e reproduzidas pelos próprios sujeitos.

O processo de individualização é apresentado pelo conservadorismo por meio da tradição, como forma dos sujeitos se inserirem em sociedade, passando a conduzir o comportamento transformando a tradição em convenção. Por meio da tradição os homens são capazes de desempenhar seu papel na sociedade de forma satisfatória – aos interesses burgueses. “Nesta acepção, a individuação é descrita como reiteração de um patrimônio construído por gerações passadas” (SOUZA, 2015, p. 16). Bem como o conservadorismo utiliza do “preconceito” seguindo a mesma linha de raciocínio de valores tradicionais acumulados ao longo da história, dando direção a ação política e social.

As relações do conservadorismo com o capitalismo constituem outro elemento central para uma problematização dessa temática na contemporaneidade. Elas sintetizam as demais dimensões esboçadas acima: produção de conhecimento, tradicionalismo (que envolve a preservação das instituições) e individuação, fundamentos para a ação social e política (SOUZA, 2015, p. 17).

Diante da análise do conservadorismo clássico e moderno, adentremos na discussão trabalhada por Santos (2007) sobre o neoconservadorismo, ou conservadorismo pós-moderno. Como resposta à crise enfrentada pelo capitalismo e na redução da taxa de lucro, os proprietários dos meios de produção buscam vícios a ela, e, essa sociabilidade sendo fundados nos antagonismos de classes, os trabalhadores recorrentemente sofrem ataques diretos, como, por exemplo, a fragilização do movimento sindical, permeado por repressões e altas taxas de desemprego nos espaços onde a luta se faz presente.

A autora aborda como a modernidade passa a ser uma ameaça ao capitalismo na medida em que apresentam alternativas a esse modo de produção, demonstrando como o desenvolvimento de uma sociedade implica na contradição do desenvolvimento dos mecanismos para superá-la, acarretando no declínio

ideológico, e tem como exemplo o liberalismo econômico, antidemocrático e uma alternativa a crise.

Se, em determinado momento histórico, o conservadorismo (pré-48), apresenta características anticapitalistas, nesse momento, tendo em vista a força dos movimentos operários, o conservadorismo se apropria do positivismo, e na pós-modernidade, esses valores são transformados em paradigmas do movimento, havendo a exaltação do presente, abandonando as possibilidades futuras de outra forma de socialidade, não analisando as problemáticas modernas de forma profunda e levando em consideração as questões históricas que a permeiam, camuflado de racionalidade, tendo uma leitura da realidade sem uma compreensão ontológica da sociedade.

A ofensiva neoconservadora é uma reação à crise econômica e aos movimentos sociais, sendo as instituições religiosas mecanismos essenciais para o movimento ideológico, tendo em vista que as lutas organizadas contra a desigualdade, o preconceito e a exploração do trabalhador são umas das pautas atuais, e o fundamentalismo religioso surge como um mediador das relações de exploração; além disso, são usados, constantemente, argumentos religiosos para reforçar esses padrões, fortalecendo a hierarquização da sociedade, tornando favorável a sua manutenção o posicionamento ideológico religioso.

Abordamos sobre o conservadorismo de forma mais criteriosa, pois, após a análise documental a ser feita em seguida, evidenciaremos os recortes conservadores da nossa sociedade que tentam barrar os avanços até então conquistados num discurso tradicionalista, e como a ofensiva conservadora vai usar desse material para se promover e tentar desacreditar a importância da Educação Sexual por meio de falácias e distorções do conteúdo da Cartilha de Orientação Sexual, elaborada pelo Ministério da Educação, e da Escola sem Homofobia também financiado pelo Ministério da Educação. Ambos os documentos indispensáveis para a construção de uma sociedade que avance no respeito à diversidade humana.

3.2. A EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS E A ESCOLA SEM HOMOFOBIA: CONHECENDO AS PROPOSTAS.

O livro *Orientação Sexual*, elaborada com o propósito de inserir a temática nas instituições de ensino brasileira tendo em vista que a sexualidade é parte inseparável dos sujeitos sociais, englobando os papéis atribuídos aos homens e as mulheres, a saúde, estereótipos e discriminações e, portanto, se faz necessária a incorporação do debate nas escolas, debatendo e orientando sobre as condutas pedagógicas por meio de documentos e anexos com dinâmicas direcionando a melhor atuação profissional.

O livro é dividido em duas partes; a primeira procura justificar a importância da inserção da educação sexual e sobre o papel do educador; a segunda é constituída por conteúdos para orientar a didática. Compõe o projeto *Brasil sem Homofobia*, um programa de combate à discriminação e violência LGBTQ+, lançado em 2004, tem apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), sem ano de publicação especificado, elaborado pela Secretaria de Educação Fundamental.

Conforme ressalta o documento: “*Orientação Sexual*,” a inclusão do debate da orientação sexual se intensifica na década de 1970. É retomado o debate, ainda minimamente, na contemporaneidade devido à pressão dos movimentos sociais que se propunham a repensar o papel da escola e os conteúdos ensinados. Inicialmente, como citado no decorrer das reflexões deste trabalho, o debate era por viés higienista, devido ao surto de HIV no país e o aumento da incidência de gravidez na adolescência.

No documento, é ressaltada uma pesquisa feita pelo Instituto DataFolha que em um estudo realizado em junho de 1993, onde 86% da população considerava relevante a inserção do debate sobre a orientação sexual nas escolas, mesmo com resistência entre as famílias, mesmo os pais concordam, atualmente, com a proposta, tendo em vista as barreiras em se tratar sobre a sexualidade e orientação sexual no âmbito familiar, sendo necessária a articulação entre família e escola, a última se apresentando como um complemento.

É impossível que os alunos retirem o debate sobre a sexualidade das escolas, mesmo que essa reprima ou não oriente, tendo em vista que a sexualidade é algo inerente aos sujeitos sociais, parte constituinte inerente aos indivíduos, por isso uma dimensão da diversidade humana como trabalhamos ao longo da pesquisa. Quando

em sala de aula são abordadas questões biológicas relativas à reprodução, é deixado de fora as dimensões culturais da sexualidade.

Se, por um lado, sexo é expressão biológica que define um conjunto de características anatômicas e funcionais (genitais e extragenitais), a sexualidade é, de forma bem mais ampla, expressão cultural. Cada sociedade cria conjuntos de regras que constituem parâmetros fundamentais para o comportamento sexual de cada indivíduo. Nesse sentido, a proposta de Orientação Sexual considera a sexualidade nas suas dimensões biológica, psíquica e sociocultural (BRASIL, 1998, p. 81).

O documento Orientação Sexual, em seu tópico 'A Orientação Sexual nas Escolas' discorre sobre como a orientação não se apresentaria de forma a ultrapassar a intimidade e limites de cada aluno, mas sim no sentido de levantar questões e ampliar os conhecimentos e opções a cada indivíduo, discutindo preconceitos e tabus, possibilitando que os alunos façam escolhas conscientes e de formar opiniões próprias a respeito daquilo que é transmitido. Enfoca que, por mais que a mídia e o pensamento conservador façam uma imagem da orientação sexual nas escolas, a ideia é que se satisfaçam dúvidas que já existem.

Ressalta a importância da formação específica dos professores para se tratar da sexualidade, deixando de lado valores morais e éticos consoantes ao mundo burguês que possam fazer julgamento de valor, tomando cuidado para não os transmitirem como verdades absolutas; e da necessidade de um grupo de supervisão onde os próprios professores compareçam de forma sistemática para discutirem seus preconceitos e valores, bem como a relevância da pluralidade de concepções, que deve acontecer de forma explícita para que seja tratada naturalmente, sendo necessário um espaço para que questionamentos se expressem, estimulando o respeito às diferenças.

Em relação às questões de gênero, por exemplo, o professor deve transmitir, pela sua conduta, a equidade entre os gêneros e a dignidade de cada um individualmente. Ao orientar todas as discussões, deve, ele próprio, respeitar a opinião de cada aluno e ao mesmo tempo garantir o respeito e a participação de todos (BRASIL, 1998, pág. 80).

Assim, o livro, em seu desenvolvimento, define o objetivo do trabalho da Orientação Sexual em seus diversos momentos acadêmicos e em suas diversas determinações, como corpo, gênero e doenças sexualmente transmissíveis. O documento, portanto, norteia o profissional e o leitor o momento para que cada abordagem seja implementada junto ao ensino, no intuito de que, ao final de sua formação fundamental, os alunos sejam capazes de respeitar a diversidade humana,

própria dos sujeitos, compreender que o prazer é saudável, a conhecer seu corpo e suas limitações, a posicionar-se contra discriminações, compreendendo as determinações culturais de gênero, a proteger-se de abusos, a prevenção por meio de métodos contraceptivos.

Inicialmente, as dúvidas aparecem sobre a tentativa de entender como é feito o ato sexual, a puberdade, a gravidez, e devem ser esclarecidas pelos professores, bem como deve ser pontuado preconceitos relativos ao comportamento de meninas e meninos, devendo ser trabalhadas as ideias de organismos e corpos, as distinções existentes em ambos conceitos, proporcionando conscientização, desvinculando os padrões de comportamento estabelecidos, podendo ser utilizados diversos materiais ao abordar as temáticas. O livro especifica os **conteúdos** a serem trabalhados na Orientação Sexual, bem como os resultados que se espera da ação educacional, que pode e deve ser lida pela população, argumentação e pontos anteriormente abordados no decorrer deste trabalho, de forma mais específica tanto para o orientador quanto para a população em geral, constituindo limites e possibilidades a serem desenvolvidas pela rede de ensino.

A elaboração do livro por si só é um marco contra a ofensiva conservadora que ganha força, reforçando o respeito a diversidade sexual, não apenas numa perspectiva de saúde pública, como foi recorrente no desenvolvimento histórico e social brasileiro. A importância deste livro tem implicações sociais gigantescas no combate a preconceitos e desigualdades, estimulando uma sociabilidade mais justa e igualitária, compreendendo os limites e alcances possíveis da inserção da Orientação Sexual nas escolas.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, temos o **Kit Escola sem Homofobia**, lançado pelo Governo Federal em meados de 2011, dividido em três capítulos com subtítulos, que tem como proposta materiais educativos sobre os papéis de gênero, orientação sexual e homofobia, constituída por ONG's em parceria com o Ministério de Direitos Humanos, idealizada pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (ABGLT), também compõe o programa de combate à violência e à discriminação contra LGBT e promoção da cidadania homossexual, financiado pelo MEC. O Projeto foi planejado e executado em parceria entre a rede internacional Global Alliance for LGBT Education – GALE; as organizações não governamentais Pathfinder do Brasil; ECOS – Comunicação em Sexualidade;

Reprolatina – Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva; e ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

A composição do documento é expressa pelo Capítulo I, denominado Desfazendo a Confusão, tem como intuito desconstruir conceitos equivocados a respeito da identidade de gênero e orientação sexual. No seu desenvolver, o livro demonstra como, desde crianças, temos concepções pré-estabelecidas, rotulamos uns aos outros, separando o sexo masculino do feminino, atribuindo sua função na sociedade, resultando em boa parte das desigualdades sociais hoje percebidas. Explica que, essas atribuições são definidas historicamente, e que em determinados momentos da sociedade percebemos homens e mulheres de formas específicas, são transmitidos padrões de comportamento específicos por gênero, concebido como representações sociais e culturais construídas para cada sexo, e sua discussão com os alunos tem o intuito de desconstruir padrões de autoridade e de conduta.

O professor, portanto, teria o papel de propor dinâmicas contrárias a essas imposições, estimulando uma convivência mais igualitária, abordando o tema de forma dinâmica. A partir da luta histórica do movimento feminista, as desigualdades de gênero passaram a ser publicizadas, desnaturalizadas. A relação da questão de gênero e da luta feminista com a escola é notável na medida em que esta é um espaço que perpetua padrões, explicando que é um ambiente permeado pelas relações de gênero, atribuindo, como dito, os respectivos papéis nas dinâmicas lá existentes.

Em relação a doenças sexualmente transmissíveis e aos preconceitos assimilados a elas, a Orientação Sexual trabalharia para a desvinculação da sexualidade e tabus, empenhando-se para o entendimento de que as doenças em suas características gerais, focando em medidas preventivas. O livro em questão aborda as determinações históricas e culturais dos presentes debates na busca de desconstruções de padrões heteronormativos e preconceitos, especificando os conteúdos a serem trabalhados pelos professores e provêm orientações didáticas e dinâmicas a serem aplicadas no fim de cada capítulo no estímulo a cidadania. Apresenta um extenso debate sobre a concepção de cada tema de forma didática e englobando, como citado, seus determinantes.

Trabalhando o conceito de homofobia, destaca como, na realidade brasileira, temos como tendência de fazer piada com situações de tensão, e como não nos damos conta de que, desta forma, alimentamos esses padrões heteronormativos. A homofobia é um resultado deste padrão, considerando anormal tudo que foge a heteronormatividade, explicando que, está ganha força, pois garante vantagens sociais ao heterossexual.

A homofobia tem como pressuposto que todo mundo é - ou deveria ser - heterossexual. Como discutimos anteriormente, essa é uma visão binária e “naturalizada” dos seres humanos, em que a heterossexualidade é encarada como seguindo a mesma “lei” que rege o comportamento dos animais, ou seja, como algo “inato” ou “instintivo” e que, portanto, não precisa ser ensinado ou aprendido. E a consequência mais funesta é que, sendo *natural*, não pode ser desafiada ou mudada (CADERNO ESCOLA SEM HOMOFOBIA, 2011, p.34).

Debater as questões que o livro traz ao leitor e ao público alvo nas escolas, é um sinal de que mudanças são possíveis e a educação é um caminho para a desconstrução de preconceitos e uma sociabilidade mais igualitária.

Já no Capítulo II, ‘Retratos da Homofobia na Escola’, trata dos mecanismos gerais na sociedade que sustentam a homofobia e o padrão heteronormativo de forma detalhada, explicando como os estereótipos funcionam como crenças sobre comportamentos de um grupo de pessoas, e sobre como os educadores tem um papel fundamental diante o ensinamento de valores sociais que possam contribuir para que os alunos façam reflexões sobre a diversidade humana.

Ponto importante no documento é a argumentação sobre o direito ao nome social na chamada, que é uma luta dos movimentos sociais, simbolizando o reconhecimento da identidade de gênero adotada, marco importante para prevenção da marginalização desta camada da população.

A escola, portanto, pode ser um espaço importante para a aceitação de ideias que fogem ao padrão, afim de provocar inflexões e mudanças de posturas, desconstruindo preconceitos, devendo haver uma sistematização no ensino com o intuito de possibilitar o aprofundamento de discussões e transformando a forma como nos relacionamos.

No Capítulo III, a proposição é colaborar para a criação de um espaço educacional sem homofobia, com respeito a diversidade humana. Assim, é disposto diversas dinâmicas a serem trabalhadas pelos professores, bem como planos de ação para a construção de um projeto político-pedagógico que supra a necessidade

de confronto com a realidade posta. O documento é minucioso ao tratar das questões históricas determinantes relativos a gênero, diversidade sexual, orientação sexual e homofobia. Se, neste trabalho, desenvolvesse todas as ideias de forma minuciosa como são tratadas no livro, me estenderia, e, portanto, este é apenas um aparato geral das informações que a compõe.

O intuito de abordar ambos documentos é demonstrar o avanço que poderia ser conquistado em relação as temáticas que estamos trabalhando na presente pesquisa e dessa forma destacar como o conservadorismo utiliza destes materiais para seus próprios interesses, a exemplo o atual presidente da república Jair Bolsonaro, que denominou a cartilha de “kit gay” como um “incentivo” a homossexualidade onde sua eleição para o cargo que ocupa foi grandemente produzida em cima dos materiais aqui referenciados⁷.

3.3. O DEBATE SOBRE O CADERNO ESCOLA SEM HOMOFOBIA EXPRESSA NOS JORNAIS ON-LINE.

Com o intuito de identificar como esse debate se expressou nas principais reportagens da internet apresentaremos no presente tópico um panorama de como a temática foi abordada. Realizamos uma pesquisa no Google digitando como palavra-chave: Caderno Escola Sem Homofobia. A partir disso selecionamos as reportagens que apareceram nos resultados das três primeiras páginas. Construímos uma tabela, com o levantamento das principais reportagens geradas na busca, e, inicialmente, farei um aparato geral das informações contidas em cada reportagem, seguidas de uma análise dos dados contidos nelas.

	SITE	ANO DE PUBLICAÇÃO	AUTOR	TÍTULO DA REPORTAGEM
1	Nova Escola	2015	Wellington Soares	Conheça o “Kit Gat” vetado pelo Governo Federal em 2011
2	O Globo	2011	Evandro Éboli	Diferentemente do divulgado, Kits Anti-Homofobia eram pra crianças de 11 anos
3	Gazeta do Povo	2018	Redação ^[1]	Kit Gay: O que é mito e o que é verdade
4	HUFFPOST	2017	Luiza Belloni	O que foi o “kit gay”, material escolar sobre

⁷ Conforme apontam as seguintes reportagens:

- 1) https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/actualidad/1539847547_146583.htm;
- 2) <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/artigo-repetir-enganos-sobre-kit-gay-nao-cria-uma-verdade-23203426>;
- 3) <https://www.valor.com.br/politica/5965577/estudo-diz-que-90-dos-eleitores-de-bolsonaro-acreditaram-em-fake-news>.

				homossexualidade criticado por Bolsonaro e Inês Brasil
5	Guia do Estudante	2017	Redação	MEC distribuirá kit anti-homofobia em escolas públicas no segundo semestre
6	Lado A	2018	Redação	Projeto Escola sem Homofobia era para Ensino Médio, comprova documento
7	Blog do Sakamoto	2015	Leandro Sakamoto	A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO NO KIT ESCOLA SEM HOMOFOBIA: O VERBOVISUAL COMO CATEGORIA DISCURSIVA EM “PROBABILIDADE”
8	El País	2018	Patrícia Figueiredo	Bolsonaro mente ao dizer que “kit gay” foi criado por Haddad
9	Exame	2018	Patrícia Figueiredo	Haddad não criou “Kit gay”
10	Jornal Opção	2018	Augusto Diniz	Quais são as 11 mentiras ditas por Bolsonaro sobre homofobia e “kit gay”
11	Carta Capital	2018	Redação	Eleito, Bolsonaro insiste em fakenews sobre kit gay
12	Metrópoles	2018	Renan Melo Xavier	Bolsonaro reconhece ação violenta contra o “kit gay”
13	ECOS	s/d	Redação	Escola sem Homofobia
14	MSN	2018	Adriana Lohanna dos Santos	Escola sem Homofobia
15	UOL	2011	Redação	Kit Escola sem Homofobia
16	Diário do Centro do Mundo	2018	Redação	O que você precisa saber sobre o “kit gay”
17	Revista Ponto Com	2011	Redação	Kit anti-homofobia: censurado

[1] Quando referenciado na tabela autoria redação é devido ao fato de que foi referenciado assim nas páginas procuradas ou pela ausência de autor indicado no texto.

Na reportagem 1, após expor o conteúdo do caderno, aborda sobre a polêmica gerada sobre ela, após setores da ofensiva conservadora se apropriarem do conteúdo, iniciando uma campanha contra o projeto, que ficou conhecido, de forma pejorativa, por “kit gay”. Discorre sobre a forma como a Associação de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis (ABLGBT), que auxiliaram na elaboração do projeto, publicaram-no por acreditar na relevância deste. Logo após, disponibiliza vídeos com informações aos pedagogos, já acessíveis na internet que compõe o documento. O objetivo da reportagem é expor a contradição perante o projeto, sendo favorável a implementação dele.

Na reportagem 2, é discorrido sobre como a bancada religiosa foi veemente contra o projeto, vetado por Dilma Roussef, especificando que no projeto havia menção a faixa etária dos alunos que receberiam a orientação sexual (a partir dos 11 anos); É apresentado, assim, que o material era destinado não só a alunos, mas a todo corpo docente no intento de capacitar na desconstrução de preconceitos. Aborda como no projeto foram incluídas dinâmicas e projetos a serem aplicados

junto aos alunos, exemplificando algumas, e informa que o Ministério da Educação havia deliberado que o documento fosse implementado junto a alunos do Ensino Médio. A finalidade da reportagem é a exposição do debate gerado em torno da cartilha, expressando o material que a compõe e se manifesta de forma favorável ao projeto.

Na reportagem 3, começa uma abordagem de que um ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Carlos Horbach, barra um vídeo de Jair Bolsonaro (PSL) afirma haver conexão entre o livro *Aparelho Sexual e Cia* com a Cartilha Kit Escola sem Homofobia. O vídeo é barrado por um comunicado do MEC que nega a conexão. Relata que o documento não foi distribuído por ter sido barrado pela bancada conservadora no Congresso. Adiante, explica que o caderno, conhecido posteriormente por “kit gay” compunha um material que visava orientar professores no combate a homofobia, a ser desenvolvida com alunos.

Explica a composição do livro, como vídeos educativos e dinâmicas, e aborda o fato de que Fernando Hadadd, Ministro da Educação naquele momento, sabia da elaboração do projeto, mas que não havia alterado o conteúdo do mesmo, e como Dilma Rousseff (PT) decidiu pela suspensão do material. Aborda sobre a faixa etária, que no documento especifica que pode ser trabalhada com todas as idades, mas que era recomendado o Ensino Fundamental para início das implementações, e que o então Ministro da Educação haveria sugerido que a implementação do caderno era destinada ao Ensino Médio.

Cita que o documento era parte de uma medida educacional adotada pelo governo. Por fim, a reportagem discorre o conteúdo do caderno, pontua sobre como ela ao procurar combater a homofobia, é permeada por ideologia de gênero, parte de teorias atuais que tentam separar a ideologia de gênero de seu substrato biológico, apontando os perigos – por meio de referências de pesquisas – dessa separação sem pesquisas concretas na área. Se posiciona *contrária* ao documento, anexando os vídeos presentes nela afim de expor o conteúdo destinado aos jovens com um caráter tendencioso a proibição e tem como finalidade o relato dos fatos de forma à resguardar os argumentos da bancada conservadora.

Na reportagem 4, primeiramente é exposto um vídeo que viralizou, de Jair Bolsonaro (PSL) onde ele fala que seu problema perante a cartilha é o conteúdo escolar, já que, na vida pessoal, cada um faz o que quer, onde Inês Brasil o apoia,

se dizendo contrária ao beijo gay em frente às crianças. Posteriormente, descreve a composição do caderno, e sua intenção de distribuição a âmbito nacional, que falha, pela resistência de setores conservadores da sociedade.

Relata que Bolsonaro mandou distribuir folhetos contra o “kit gay”, pelo seu “incentivo a homossexualidade”, alegando que a medida estimularia a homofobia entre crianças. Na reportagem, a autora afirma a aceitação pela comunidade LGBTG+ e pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), já que o material conta com políticas públicas voltadas aos jovens que fortalecem práticas de cidadania. Após a pressão de setores conservadores – majoritariamente carregados por discursos religiosos – Dilma Rouseff (PT) barra o projeto. A revista em questão manifesta-se de forma simpatizante ao documento, apresentando vídeos que desmentem a ofensiva conservadora e a importância do material e seus apoiadores perante um movimento social que visa a defesa dos direitos humanos, e tem como pretensão o relato dos fatos de forma verídica do caderno em si e sua repercussão.

Na reportagem 5, introdutoriamente é ressaltada a pretensão do MEC em distribuir o caderno Kit Escola sem Homofobia que tem como objetivo acabar com o preconceito e discriminação, e seria obrigatoriamente repassado aos alunos por meio dos professores, que utilizariam o material da forma como julgassem melhor. Ainda assim, é alvo de críticas da bancada conservadora e religiosa. Ainda assim, o MEC julga necessária sua implementação. A matéria é favorável a implementação pela exibição dos fatos que envolvem o caderno e sua relevância para o Ministério da Educação, e tem como objetivo a descrição do debate envolto nele.

Na reportagem 6, o posicionamento é de que Jair Bolsonaro (PSL) e conservadores repetem mentiras de que as escolas receberiam o “kit gay”, que se refere ao Kit Escola sem Homofobia, que, em seu discurso, incentivaria a homofobia entre crianças e que elas aprenderiam muito cedo sobre as questões sexuais. Afirma por meio de estatísticas de que o Brasil é o país que mais mata LGBTQ+ no mundo, e para conter esse quadro, o caderno seria distribuída a âmbito nacional.

Em um tópico “fake news”, debate sobre a faixa etária do caderno, que foi alvo de especulações e falácias por Bolsonaro, que afirmou ser destinada a crianças de 6, onde nas eleições presidenciais de 2018, Bolsonaro utilizaria do caderno como estratégia política, e desmente que Fernando Haddad (PT) seu concorrente, seria o

criador do “kit gay” por ser o Ministro da Educação no momento em que o documento foi elaborado. Se declara no decorrer do texto favorável ao caderno e contesta os argumentos e falácias dos conservadores perante ela por meio da descrição dos fatos, e têm como objetivo detalhar o debate e suas contradições.

Na reportagem 7, o autor começa uma narrativa sobre como o caderno pertence ao programa “Brasil sem Homofobia”, com o objetivo de combater a violência e homofobia. Mas, a ofensiva conservadora e representantes religiosos fizeram um veemente protesto a sua distribuição, e o governo, zelando por sua imagem, retirou o projeto. Essa bancada afirmava que o “kit gay” estimularia a homossexualidade. O autor, se posicionando, afirma “como se fosse possível um material didático forçar uma orientação sexual ou uma identidade de gênero”. Reforça que a AGLBT repassou o material ao Nova Escola, que o divulgou, pois acreditavam que o projeto não seria desengavetado pelo governo.

Novamente, se posiciona contra Bolsonaro, que utilizou do material escolar em sua campanha, fundamentalmente religiosa. Por fim, expressa sua indignação com os atrasos enfrentados no Brasil, realizados pela ofensiva conservadora. O objetivo da reportagem é fazer um resgate da constituição do projeto, sua relevância social e as incoerências no discurso dos conservadores, se posicionando favoravelmente a implementação deste.

Na reportagem 8, é expressa a forma pejorativa como é usada o termo “kit gay” para designar o projeto do governo Kit Escola Sem homofobia. Expressa o objetivo do caderno no combate a homofobia e promover a paz. Aborda sobre como Fernando Hadadd (PT), Ministro da Educação naquele momento, não é o responsável pela criação do caderno, e o ano de sua elaboração é o mesmo em que o governo lança o Brasil sem Homofobia, e como a ABGLT sentiu a falta do então ministro na elaboração da mesma.

Naquele momento, o material foi aprovado e recomendado pela UNESCO, considerando sua distribuição de extrema relevância, mas, a bancada conservadora pressiona, e Dilma Rousseff (PT) veta o projeto. Cita especialistas na área que estão em concordância com o material pelo seu conteúdo, e como este é alvo de duras críticas por Jair Bolsonaro (PSL), pois, para ele, a escola é um ambiente onde os alunos devem aprender matemática, e não sexo. O objetivo da reportagem é

desmentir os argumentos usados para a promoção do candidato, se localizando de forma defensora a realização do projeto.

Na reportagem 9, é descrita inicialmente uma fala de Jair Bolsonaro (PSL), onde este afirma que Haddad é responsável pela criação do “Kit gay”, e, ao contrário da fala do presidente, não foi seu adversário a criar o documento, sendo usado um termo pejorativo pelos críticos ao projeto. Contempla a composição do material, elaborado por um grupo de ONGs especializadas em conformidade com as diretrizes do governo. Explícita o objetivo do caderno, que é o de respeito a diversidade humana, e valores de paz e respeito.

Na reportagem, é citado o apoio de diversos especialistas na área a sua implementação, considerando adequada as faixas etárias estipuladas. Ressalta a fala de representantes da ABGLT que sentem a ausência do então ministro da educação, Fernando Haddad, nas pautas LGBTQ+, e o desvincula das fake news de que este seria responsável pela elaboração do caderno. Naquele momento, o material foi aprovado e recomendado pela UNESCO. Ressalta que grupos conservadores e religiosos pressionaram o governo a recuar e Dilma Rousseff (PT), então presidente, suspendeu a distribuição do material. A finalidade dessa reportagem é expor as contradições no discurso moralista do presidente, se posicionando favoravelmente a cartilha tendo em vista o estímulo a cidadania.

Na reportagem 10, é pontuada 11 mentiras ditas por Jair Bolsonaro (PSL) no Jornal Nacional, da Rede Globo. A primeira é que ele mentiu sobre a distribuição de livros pelo governo federal, que nunca foi distribuída em escolas públicas. Em segundo lugar, afirmou que a faixa etária indicada no livro era de 6 anos, que, na cartilha, especifica do 6º a 9º ano, indicando 11 anos de idade. Mentiu, também, sobre o Ministério da Educação ter financiado o projeto, tendo em vista que o Ministério da Cultura adquiriu 28 exemplares. Em quarto, afirmou que o livro compõe o “kit gay”. Em quinto, mentiu sobre o material ter sido distribuído nas escolas. Após, afirmou que o livro havia sido escrito para crianças, e, de acordo com o material, era destinado aos pedagogos e, em seguida, que o destino dos livros era às bibliotecas públicas. Em oitavo, afirmou que havia acontecido um evento no Congresso que chamou de “9º seminário LGBT infantil”, mas o tema era “9º seminário LGBT no Congresso Nacional com o tema Infância e Sexualidade”. Em seguida, erra a data de realização do evento. Logo após, mente sobre o público do seminário, composto

por adultos. Por último, é equivocado ao distorcer a informação “desconstrução da heteronormatividade”. O objetivo da matéria analisada é expor falas tendenciosas e incorretas do presidente da república no intuito de se promover, e se apresenta favorável a efetuação dela.

Na reportagem 11, é feita uma narrativa de um comentário feito pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL), no Jornal Nacional, da Rede Globo, onde a reportagem 10 desmente as falas, que anexarei aqui: “Eu ganhei o rótulo, por muito tempo, de homofóbico. Na verdade, eu fui contra a um kit feito pelo então ministro da Educação, Haddad, em 2009 para 2010, onde chegaria nas escolas um conjunto de livros, cartazes e filmes onde passariam crianças se acariciando e meninos se beijando. Não poderia concordar com isso...”. O que configura uma mentira, já que a elaboração do projeto não foi articulada por Haddad, e a reportagem 11 desmente esta falácia.

Além disso, cita que o Presidente vincula o livro infanto juvenil “Aparelho sexual e cia”, editado pela Cia das Letras, alegando que o livro é uma porta aberta para a pedofilia, erroneamente associado ao caderno. O TCE estabelece a retirada dos vídeos do ar, por conter informações enganosas, no entanto, o então candidato, volta a fazer alegações em rede nacional. O denominado “kit gay” não existe, e o caderno Kit Escola sem Homofobia, real projeto, foi vetado em 2011 pelas polêmicas envolvidas. O objetivo da matéria é desmentir falas do presidente e se posiciona de forma favorável a cartilha escola sem homofobia.

Na reportagem 12, é descrita uma fala do atual Presidente da República, Jair Bolsonaro (PSL), onde assume ter reagido de forma agressiva perante o projeto Escola sem Homofobia, conhecido como “kit gay”, alegando ter sido necessária a reação naquele momento, e que esta foi provocada pelo 9º Seminário LGBT infantil na Comissão de Direitos Humanos da Câmara. O objetivo da reportagem é expor a fala do presidente da república quanto a repercussão de seu posicionamento perante o kit, e se manifesta de acordo com a aplicação da cartilha.

Na reportagem 13, é pontuada as características do projeto Escola Sem Homofobia, seus objetivos – a promoção de ambientes favoráveis a defesa dos direitos humanos. Na reportagem em questão, é afirmada a espera pela aprovação dos materiais do Kit e sua distribuição. O objetivo da matéria é pontuar o material que compõe o caderno, e se coloca de forma positiva a efetivação da cartilha.

Na reportagem 14, está anexado um vídeo que integra o projeto Escola sem Homofobia, que vem sendo atacado pela banca religiosa e conservadora do Congresso. Descreve o conteúdo do vídeo, que demonstra e desenvolve questionamentos que um personagem fictício faz a respeito da sua sexualidade. O alvo da matéria é demonstrar a temática do projeto, sendo um defensor deste.

Na reportagem 15, é pontuado que o material do Escola sem Homofobia contém vídeos que abordam situações cotidianas relacionadas a diversidade sexual, alguns anexados na reportagem, e descreve como o material foi encomendado pelo MEC no intuito do combate a violência, colocando, também, o posicionamento de Jair Bolsonaro (PSL), que acusa o Ministério de incentivar a homossexualidade, pontuando um posicionamento de um professor, que atesta a fala do Presidente. O intento da reportagem é descrever o interior da cartilha e o posicionamento conservador de alguns setores da sociedade, se colocando favorável à sua realização.

Na reportagem 16, é destacado pontos importantes e necessários para que a população compreenda o que é o projeto Escola sem Homofobia. Inicialmente, que nunca houve um “kit gay”; em 2011 foi elaborado o projeto, mas, pela resistência de alguns setores, nunca foi distribuído; não foi proposta do Ministério da Educação, liderado por Fernando Haddad, mas sim da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, e, a partir disso, o MEC contrata ONGs especializadas para a criação do material. O material, ainda em fase de produção, foi alvo de mentiras, e vetado pela presidente Dilma Rousseff (PT) após pressão de religiosos e conservadores. A meta da reportagem é expor a relevância do projeto e se coloca de forma positiva a ele.

E, por fim, na reportagem 17, é elaborada uma descrição do projeto Escola sem Homofobia – promover a paz e o combate a violência – que foi vetado pela presidente Dilma Rousseff (PT), que alega ter assistido aos vídeos, e que não seria permitido a propaganda de opções sexuais. Adiante, disponibiliza os vídeos que compõe a cartilha. O objetivo da reportagem é expor o conteúdo do projeto, seus anexos, deixando o leitor decidir como se posiciona perante ele, explicando o porquê de não ter sido implementada, se mostrando favorável à sua elaboração.

Em uma análise geral das reportagens, a grande maioria não se posiciona politicamente a respeito da temática de forma direta, mas ao apresentar os fatos reais em torno da polêmica é contrária aos argumentos do então presidencial,

tendo uma direção favorável ao projeto, expondo o conteúdo do caderno e as falácias geradas em torno dele, além de ressaltar que não chegou a ser distribuído. O que fica evidente é a utilização de seu conteúdo por representantes religiosos e da bancada conservadora, com foco em Jair Bolsonaro (PSL), maior figura no debate sobre o “kit gay”, assim pejorativamente denominado pelo Presidente da República para a promoção do, naquele momento, presidenciável contra seu adversário Fernando Haddad (PT). Foi usado no discurso a mentira de que o então Ministro da Educação teria sido um dos mentores do projeto, fato que se comprovou errôneo e que, inclusive, o MEC nega publicamente, demandando a retirada de vídeos do candidato do PSL onde este faz as alegações acima demonstradas.

O que podemos apontar, em meio a essa análise, é que o discurso conservador de Bolsonaro e a utilização de mentiras par sua promoção compra o que foi dito anteriormente sobre a ofensiva conservadora: Esta, que enaltece a hierarquização e que, de forma indireta, promove a desigualdade, utiliza de um discurso democrático, de “proteger as crianças” – que, como também ressaltadas nas reflexões trazidas, são consideradas inocentes, e o sexo, impuro.

O conservadorismo religioso cumpre seu papel na reprodução de valores tradicionais e moralistas, descredibilizando os movimentos sociais, ocupando espaços políticos para legitimar seu discurso e adquirir mais apoiadores desse discurso, utilizando, como expressado nas reportagens aqui analisadas, de mentiras para deslegitimar o debate acadêmico de gênero, aborto, limitando a reflexão à um viés religioso. Tanto a informação é mascarada que, como apresentado inicialmente no livro, seu público alvo pensado para sua implementação nas escolas era a nível médio, e não essa ideia equivocada que sexualiza as crianças – de acordo com Bolsonaro, era direcionado a crianças de 6 anos de idade.

Sinaliza também para as reflexões trazidas de que nas escolas as questões relacionadas à sexualidade são consideradas relevantes se puramente biológicas. Havendo uma tentativa de promover o respeito a diversidade humana, em um livro, brilhantemente elaborada, que inclui, inclusive, os aspectos históricos que permeiam a sociedade no que se diz respeito a sexualidade, o conservadorismo – presentista, que não nos permite pensar em uma sociabilidade diferente – utiliza do material para se promover e manter a configuração da sociedade.

Foi realizada para a elaboração do projeto uma pesquisa qualitativa a respeito da homofobia escolar em 11 capitais brasileiras, envolvendo 1.406 participantes, metodologia essa aprovada pelo comitê de ética da UNICAMP⁸. A pesquisa demonstra haver um consenso entre os entrevistados sobre a existência da Educação Sexual, mas que sua aplicação não ocorre de forma sistemática.

Destaca-se que além de existir homofobia nas escolas e que a reprodução da violência nestes espaços contribui para que os alunos exibam problemas de saúde e até mesmo ao suicídio, explicitando a relevância dos movimentos sociais LGBTQ+ na pauta da sexualidade nas escolas, evidenciado pelo seminário LGBT em maio de 2012, que tinha como objetivo discutir o reconhecimento da sexualidade e da diversidade sexual, visando proteger as crianças das violências cotidianas com políticas educacionais voltadas também para a comunidade LGBT.

Mais um indício da relevância dos movimentos sociais e da pauta de luta, que ampliam os espaços para debate, tendo em vista que a homofobia é histórica e imposta, sendo necessária sua desconstrução nos espaços ocupados pelos cidadãos no incentivo aos direitos humanos e a igualdade social. O próprio uso pejorativo do “kit gay” evidencia a importância do movimento LGBT, já que este foi aplicado por grupos conservadores na tentativa de desacreditar com argumentos religiosos e moralistas a cartilha, sendo usado com intenções políticas, como se a sexualidade fosse uma escolha dos sujeitos e pudesse haver um incentivo a ela⁹.

Retomando a análise das reportagens, cabe destacar que apenas na reportagem 3, por mais que de forma sutil, defendido o posicionamento conservador, alegando existir ideologias de gênero em seu conteúdo, apontando existir perigos da separação da biologia do gênero. O restante das reportagens trabalhadas, são objetivas explicando as distorções feitas do material.

O veto da então presidente da república Dilma Roussef (PT) à distribuição do projeto exemplifica a força que a bancada conservadora possui, o impacto de seus argumentos na população, que se apropriou da argumentação trabalhada pelo atual Presidente de que é um incentivo a homossexualidade e que a escola não é um

⁸Disponível em <<http://www.grupodignidade.org.br/nota-oficial-da-abglt-e-parceiras-sobre-o-projeto-escola-sem-homofobia/>>

⁹ O presidente do TSE – Tribunal Superior Eleitoral – Carlos Horbach manda suspender links de Jair Bolsonaro (PSL) com o uso do termo, sendo a referência falsa. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/ministro-do-tse-determina-exclusao-de-publicacoes-com-expressao-kit-gay-usadas-por-bolsonaro.shtml>.

espaço para que se trabalhe a sexualidade; argumentação essa que sugere a homossexualidade ser uma *escolha/opção* dos sujeitos, não compreendendo que é uma parte inerente dos indivíduos que são por natureza diversos, e a diversidade sexual não se exclui dessa afirmativa, devendo ser respeitada.

Ao vetar o projeto, a então presidente cede ao conservadorismo e suas imposições sociais, e ao se candidatar, Jair Bolsonaro (PSL) transforma a verdade com um discurso de que seu adversário, também do PT, era o elaborador do projeto pelo cargo de Ministro da Educação que ocupava naquele momento, quando na verdade a ofensiva conservadora ganha mais uma vez ao ser vetado o projeto pelo partido trabalhista, havendo uma conversão dos fatos pelo representante do PSL, que usou do projeto para se promover politicamente e desacreditar seu adversário, fato expresso majoritariamente nas reportagens (2, 3, 4, 6, 8, 9, 11, 16 e 17) que esclarecem o equívoco e contribuem para uma maior compreensão do quadro político do momento, bem como expõe os acontecimentos e circunstâncias, deixando que o leitor assuma uma opinião.

3.4 DESCONSTRUINDO A IDEOLOGIA DE GÊNERO

Por fim, devido a centralidade que a discussão sobre a ideologia de gênero assume no debate cabe um último apontamento. Inicialmente o do próprio termo.

É preciso sublinhar que tais sintagmas não são conceitos científicos: são grotescas formulações paródicas ou até fantasmáticas que, porém, atuam como poderosos dispositivos retóricos reacionários, eficazes na promoção de polêmicas, ridicularizações, intimidações e ameaças contra atores e instituições inclinados a implementar legislações, políticas sociais ou pedagógicas que pareçam contrariar os interesses de grupos e instituições que se colocam como arautos da família e dos valores morais e religiosos tradicionais (JUNQUEIRA, 2017, p. 223).

Da mesma forma como a ofensiva religiosa se apropriou do conteúdo do documento em seus propósitos eleitorais e ideológicos, também o fez com a chamada “ideologia de gênero”. Foi citado no decorrer deste projeto o argumento capitalista para enfrentamento de um inimigo – no caso, o comunismo – e o ativismo religioso em relação ao “gênero” se posicionou da mesma forma, construindo ações políticas e a disseminação da doutrina cristã na “luta” contra esses supostos inimigos. Com a sutil e graduada inserção da temática nas instituições atuais, a Igreja sente a necessidade de retomar o controle acerca dos espaços que antes

dominavam, simultaneamente contendo avanços em relação aos direitos humanos, procurando manter o padrão de normalidade sexual previamente estabelecido.

O Vaticano em sua iniciativa contra a “ideologia de gênero” mobiliza ações políticas voltadas a repressão de tudo que significasse um avanço nesse sentido – como a legalização do aborto, resultando em deformações no sentido da palavra e assim promover uma aversão ao termo, disseminando ideias equivocadas como a de incentivo a homossexualidade, a sexualização da infância e desacreditizar movimentos religiosos.

Não por acaso, o mundo da escola tem recebido grande atenção dos integrantes dos movimentos antigênero. Ali, a defesa da primazia da família na educação moral dos filhos se faz acompanhar de ataques aos currículos e à liberdade docente, em nome do “direito a uma escola não-ideológica” ou a uma “escola sem gênero”. Propostas educacionais inclusivas, antidiscriminatórias, voltadas a valorizar a laicidade, o pluralismo, a promover o reconhecimento da diferença e garantir o caráter público e cidadão da formação escolar, tendem ser percebidas e denunciadas por esses movimentos como uma “ameaça à liberdade de expressão, crença e consciência” daquelas famílias cujos valores morais e religiosos (de ordem estritamente privada) são, segundo eles mesmos, inconciliáveis com as normativas sobre direitos humanos produzidas por instituições, como a ONU, “colonizadas pela agenda do *gender*” (JUNQUEIRA, 2017, p. 233).

Em contraste a esse movimento, no caderno Kit Escola sem Homofobia, é trabalhada os padrões heteronormativos que permeiam nossa sociedade: tudo que fuja a ela é considerado anormal pela imposição feita por segmentos conservadores, e a reação da bancada no Congresso o caderno, que estimula a diversidade, é evidência disso. Além do mais, no discurso, é considerado que a escola não é o meio para que se debata sobre a diversidade sexual, argumento esse que trabalhamos no decorrer deste projeto, afirmando ser justamente o lugar, já que a família cumpre seu papel na transmissão de valores, que podem ser, por vezes, conservadores, além de ser um espaço para sanar dúvidas, relativas a sexualidade ou não.

A escola formal, portanto, a partir da ofensiva conservadora, cumpre um de seus papéis, que é a de preparar a população para o mercado de trabalho, não incentivando o pensamento crítico sobre as determinações históricas da sociedade capitalista, como as imposições de gênero, atribuindo a cada um seu “lugar na sociedade”.

Os estudos feministas procuram analisar a construção histórica e econômica das desigualdades de sexo, para a desnaturalização desta; tudo aquilo que foge ao

padrão de “macho” sofre com a opressão, e tudo aquilo que é ligado ao feminino é inviabilizado, o patriarcado estabelecendo um controle sobre o corpo feminino, atingindo a também a população LGBTQ+, tendo uma dicotomia social, ligado exclusivamente ao feminino e masculino, e a ofensiva conservadora se mostra tão forte que mesmo após décadas de movimentos sociais em prol da igualdade de gênero, ainda se expressa em diversos âmbitos sociais, já que servem aos interesses capitalistas ligados a exploração da força de trabalho e a reprodução do conservadorismo.

A organização política coletiva é compreendida como indispensável para alterar as relações estruturantes. Em outras palavras, nós, individualmente, por exemplo, podemos estabelecer uma alteração na nossa vivência familiar, podemos dividir igualmente as tarefas domésticas, mas essa alteração não implicará em transformação na estrutura social da divisão sexual do trabalho. Outras mulheres continuarão sendo exploradas. Assim, ainda que sejam fundamentais as mudanças no nível das relações (*relations*) que estabelecemos no cotidiano, para pensarmos na emancipação da mulher é preciso atingir as relações (*rapporrt*) antagônicas que estruturam as desigualdades (CISNE; SANTOS, 2018, p. 53).

Se faz necessária a organização social que pressione os conservadores a fim de obter avanços no que se diz respeito a aceitação da diversidade humana. Dados da GGB, Grupo Gay da Bahia, que há 38 anos realiza estatísticas sobre a violência LGBTQ+ registrou um aumento de 38% nos homicídios em 2017, relatando que, a cada 19 horas um LGBT é assinado ou se suicida, tornando o Brasil no campeão enquanto a LGBTfobia, evidenciando a importância da inserção do debate da educação sexual nas escolas no incentivo aos direitos humanos e no exercício da cidadania.

E, ao analisarmos toda essa conjuntura que direciona o sistema educacional formal aos interesses capitalistas, evidencia-se a relevância da inserção do Serviço Social nessas instituições, pela atuação profissional de fortalecimento de vínculo, defesa dos direitos humanos, além de remeter a reflexão acerca da educação como um processo social, que envolve relações sociais, familiares e comunitários, que articula diferentes aspectos da vida social, como a sexualidade, visando contribuir para a construção de uma nova sociabilidade onde a vida humana em sua diversidade seja primordial.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão elaborada neste estudo analisou a sociedade em que vivemos, as razões pelas quais ela se estrutura dessa forma por meio de um resgate histórico que possibilita a compreensão dos pilares que fundamentam essa sociabilidade para, a partir de tais fundamentos, compreender o sistema educacional formal e a negação da diversidade sexual e do seu debate nos espaços educacionais na atualidade.

A educação formal no capitalismo cumpre seu papel ideológico: a partir do processo de internalização dos valores de classe, necessária a esse modo de produção, bem como a reprodução desse sistema, preparando os sujeitos para o mercado de trabalho e passando conhecimentos importantes a essa lógica, excluindo o debate crítico na maior parte desses espaços pelo processo de alienação.

A negação do debate da sexualidade nesses ambientes – e em maior parte deles – repercutiu na eclosão de movimentos sociais que buscam a transversalidade do tema, a luta por direitos e a naturalização da sexualidade como mais uma

dimensão da diversidade humana. Assim, os pressupostos que levantamos no início do percurso foram amadurecidos e identificados: é funcional para essa sociabilidade que a discussão sobre sexualidade seja em parte recusada pela sociedade, pela sua necessidade de reprodução do sistema antagônico próprio do capitalismo, configurado pela exploração de uma classe a outra. Dentre as descobertas feitas nessa reflexão, destacam-se à distinção entre educação em sentido estrito e amplo, a complexidade da estrutura do capitalismo no debate da sexualidade que vai além daquilo que é discutido nos meios de comunicação: a alienação, o conservadorismo, próprio do capitalismo, e a expressão que o machismo apresenta nessa sociabilidade e principalmente, o papel da família na transmissão de valores.

É de grande importância o debate acima discorrido nessa monografia, que inicialmente foi pensado no recorte da cidade de Mariana, Minas Gerais, mas no desenvolvimento deste trabalho foi pensado numa discussão ampliada, tanto para o meio acadêmico quanto para a sociedade como um todo pelo fato de que não é possível desvincular a diversidade humana e sexual da vida. Por ser uma temática usada pela ofensiva conservadora em seus interesses próprios, é essencial a reflexão crítica ao analisarmos a atual conjuntura, desmistificando erros e compreendendo, como objetivo desse trabalho, porque a discussão da temática nos possibilita uma interpretação da realidade na forma como ela se manifesta em todas as suas determinações.

Foi possível, assim, entender as razões históricas e estruturais do modo de produção capitalista que levam a essa negligência, e a relevância da educação e orientação sexual nas escolas e os impactos que a ausência da temática tem na vida cotidiana. No decorrer desse trabalho apresenta-se o questionamento das razões pelas quais a sexualidade é deixada de “fora” do ensino, e ao analisarmos a estrutura da educação formal e do conservadorismo é possível que se clarifique as respostas para tal apontamento, como a ofensiva conservadora e religiosa, bem como a necessidade do machismo, do patriarcado e da subjugação da mulher e daquilo que é considerado feminino, afirmando ser errado e fora do padrão de normalidade tudo aquilo que fuja ao padrão heteronormativo.

A sexualidade também: resgata valores patriarcais instaurados e reproduzidos com o desenvolvimento da sociedade, e não é entendida como parte da diversidade humana, justamente por haver um padrão de normalidade estabelecido para que se

mantenha o funcionamento do sistema do capital, que necessita das mazelas sociais e da dominação de uma classe sobre outra, possibilitando a compreensão da negação do debate da diversidade humana. A ideia de “família tradicional” resgatada aqui evidencia esses processos.

Como conclusão aos objetivos estabelecidos aqui, referentes a compreensão da negação da diversidade sexual e a polêmica gerada em torno desse debate quando legitimado – como o caderno acima referenciado – o patriarcado, a alienação, o machismo e o conservadorismo precisam ser trabalhados tendo em vista que eles são essenciais para a reprodução do capitalismo, ganham nova forma com a mudança nos meios de se produzir a vida e não podem ser superados nessa sociabilidade pela necessidade de se manter um sistema de opressores e oprimidos. Quando decidimos analisar o Kit Escola sem Homofobia – popularmente conhecido como Kit Gay, obtivemos como resultado da pesquisa um exemplo contemporâneo dessa ofensiva conservadora e religiosa perante a temática, mas também configura um avanço no sentido de que há uma ampliação do debate da sexualidade e sua inserção no ensino, ainda que formal.

A sexualidade não é tratada abertamente na educação tendo em vista que a sociedade capitalista é permeada por desigualdade. O padrão hétero-normativo, o machismo, patriarcado e “repulsa” por tudo aquilo que é feminino tem raízes históricas profundas. Para que a sexualidade seja abordada no ensino na direção que defendemos ainda temos um longo caminho. Caminho que a nosso ver poderá contribuir minimamente na direção da emancipação humana, ou seja: uma escola de qualidade, que disseminasse valores igualitários e não discriminatórios, onde o corpo feminino não seria um tabu e a sexualidade e feminilidade também não. Compreendemos que o ensino formal só pode ser alterado estruturalmente a partir de uma transformação nas relações sociais de produção/reprodução.

O mesmo movimento que coloca a heterossexualidade como padrão, quando aborda a sexualidade nas escolas, é nesse modelo institucionalizado, baseando as relações sempre entre homens e mulheres, fato irreal, já que a sociedade é diversa, estabelecendo aquilo que é suposto como natural e normal, negando as demais vivências sobre a sexualidade.

5. REFERÊNCIAS

“ESCOLA LIVRE” e “SEM PARTIDO”: A internalização da lógica do capital, 2017.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CHAVALIER, Ronaldo. **Nota Oficial da ABGLT e parcerias sobre projeto Escola sem Homofobia**. Grupo Dignidade. Disponível em:

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana. Mara. Moraes. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social**. Biblioteca Básica do Serviço Social. Cortez. 2018.

Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10^a. ed. rev. e atual. - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: < http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>

ESCORSIM, Leila Netto. **O Conservadorismo Clássico: Elementos de Caracterização e Crítica**, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 25^a ed. (1968).

JUNQUEIRA, Roberto Diniz. **“Ideologia de gênero”**: A invenção de mais uma categoria polêmica contra os direitos sexuais. 2017.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos Metodológicos na Construção do Conhecimento Científico**: a pesquisa bibliográfica. 2017.

LOPES, Roseli Esquerdo. **Educação sexual para adolescentes e jovens: mapeando proposições oficiais**, 2015.

MACEDO, Talvanes, Eugênio. **Educação e Reprodução Social: A perspectiva da crítica marxista**, 2017.

MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista**, 1848.

MEC, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PCN – **Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

MÉSZÁROS, Istvan. **A educação para além do capital**. Boitempo Editorial, 2005.

MÉZAROS, Istvan. **Para Além do capital**. Boitempo Editorial, 2002.

NETTO, José Paulo. **5 Notas a propósito da “questão social”**, 2011.

NETTO, José Paulo. **A introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo, 2011.

Plano Municipal de Educação de Mariana, 2014-2015. Disponível em: <http://www.mariana.mg.gov.br/uploads/prefeitura_mariana_2018/arquivos_veja_tambem/pmde-mariana-para-o-legislativo.pdf>

Programa de Combate à Violência e à Discriminação. *Caderno Escola sem Homofobia* / Brasil: ECOS – Comunicação em Sexualidade, 2011.

Programa de Combate à Violência e à Discriminação. Caderno Escola sem Homofobia / Brasil: ECOS – Comunicação em Sexualidade, 2011.

RIBEIRO, Marcos. **Educação sexual**, 1993.

SAMPAIO, Simaia. **Educação sexual**: para além dos tabus. UFBA, 2015.

SANTOS, Joseane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social Brasileiro**, 2007.

SANTOS, Silvana Mara. **O Pensamento da Esquerda e a Política de Identidade**: As particularidades da luta pela liberdade de orientação sexual, 2005.

SANTOS, Silvana. Mara. Diversidade sexual: fonte de opressão e de liberdade no capitalismo, **Revista Argumentum**. 2017.

SOUTO, Luísa. **Assassinatos LGBT crescem 30% entre 2016 e 2017, segundo relatório**. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/assassinatos-de-lgbt-crescem-30-entre-2016-2017-segundo-relatorio-22295785#ixzz5Qt54RMNG>>

SOUZA, Jamerson Murilo. **O Conservadorismo Moderno**: esboço para uma aproximação, 2015.

TONET, Ivo. **A Educação para além do Capital**, 2012.